

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

RACISMO, AFRO-DESCENDÊNCIA
E A IMPORTÂNCIA DA LEI 10639/03

ADENICE GUILHERME DOS SANTOS

CAJAZEIRAS

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

**RACISMO, AFRO-DESCENDÊNCIA
E A IMPORTÂNCIA DA LEI 10639/03**

ADENICE GUILHERME DOS SANTOS

CAJAZEIRAS

2007

ADENICE GUILHERME DOS SANTOS

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como exigência parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia com habilitação em Docência nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, sob orientação da prof^a MS. Maria Gerlaine Belchior Amaral.

CAJAZEIRAS -2007



S237r Santos, Adenice Guilherme dos.
Racismo, afro-descendência e a importância da lei
10639/03 / Adenice Guilherme dos Santos. - Cajazeiras,
2007.

116f. : il. color.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia)Universidade
Federal de Campina Grande, Centro de Formação de
Professores, 2007.

Contém Bibliografia.
Não disponível em CD.

1. Preconceito racial. 2. Racismo na escola. 3.
Discriminação étnico-racial. 4. Exclusão racial na escola.
I. Amaral, Maria Gerlaine Belchior. II. Universidade
Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de
Professores. IV. Título

CDU 316.347

ADENICE GUILHERME DOS SANTOS

RACISMO, AFRO-DESCENDÊNCIA
E A IMPORTÂNCIA DA LEI 10639/03

Monografia aprovada em 08, Novembro de 2007

Maria Gerlaine Belchior Amaral

Orientadora - Professora Mestra em educação pela UFC Maria Gerlaine
Belchior Amaral

Cajazeiras- 2007

**Época triste a nossa,
mais fácil quebrar um átomo do que um preconceito.**

Albert Einstein

IN MEMÓRIA

Ao meu primo Junior.
Negro, 18 anos, órfão,
Assassinado no dia 03 de setembro de 2007
Numa favela do Recife, PE

AGRADECIMENTOS

- A Deus por tudo e por todos;
- À Nossa Senhora Aparecida;
- À minha Mãe, Mariza Telles dos Santos - a Miga;
- À minha família, em especial: Mariza, Solon, Nilsa, Nilzinha, Dilda, Deda e Erick Vítor;
- Aos professores e professoras agentes da minha formação acadêmica em especial; minha Mãe que me alfabetizou, a Tata, que me ensinou a ler e a Gerlaine Belchior (parafraseando Ziraldo) a Professora Maluquinha que me ensinou a escrever;
- Aos meus colegas, mas principalmente ao Fernando Araújo por ser negro e como toda a juventude negra deste país precisar lutar para ter direito a ter direitos;
- Às crianças e adolescentes que já estudaram comigo e ao 5º ano da EPMC em especial a Paloma uma criança negra vítima do preconceito racial e da discriminação na sala de aula;
- Às Irmãs Missionárias Carmelitas e a Maria do Céu, Terezinha, Fabiana e Francinalda.
- À Escola Profissional Monte Carmelo, meu ambiente de trabalho e campo de estágio.
- Às crianças e adolescentes do grupo SACI (Sou Afro Com Identidade), principais agentes deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho monográfico é uma exigência do curso Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande. Tecemos reflexões sobre a Lei 10639/03 que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) tornando obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. A pesquisa registrada nesta monografia foi desenvolvida na Escola Profissional Monte Carmelo em Cajazeiras- PB, no período de outubro de 2006 a setembro de 2007. Teve como objetivos discutir o preconceito racial para com o africano e afro-descendentes presente na sociedade, em particular na escola; identificar o preconceito e a discriminação racial expressos nas relações dos agentes educativos da escola; identificar aspectos implícitos e explícitos vinculados ao preconceito racial e ainda analisar a importância da lei 10639/03 no currículo, entendendo este como objeto de construção social. O interesse em discutir as relações étnico - raciais deu-se devido ao processo de resgate / construção da identidade negra, e de inclusão deste grupo nos debates e políticas da Universidade e do currículo escolar. E ainda, em vista de uma nova concepção de sociedade inclusiva que está sendo gestada no início deste milênio. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa-ação ambas com caráter quati-qualitativo. Os instrumentos de coleta de dados foram a observação participante, questionários, entrevistas e grupo focal. Contribuir-se-á com esse trabalho no âmbito da universidade e da escola, com a quebra do silêncio sobre as práticas e as atitudes racistas e discriminatórias para com crianças e adolescentes negros e negras, com a criação de um espaço para que essas crianças e adolescentes possam se expressar com liberdade e respeito, com o levantamento de questões reflexivas referentes a esta problemática; com a produção teórica sobre o racismo, identidades e relações étnico-raciais e com a desmistificação de ideologias curriculares andro-eurocêntricas nas concepções históricas que são pressupostos à implantação da Lei 10639/03 no currículo escolar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1- ÁFRICANIDADE, ESCRAVIDÃO E RACISMO	07
1.1 - O tempo e a História: a construção social do racismo	07
1.2 - Entre o dito e o não-dito: trabalho escravo, Identidade Africana e a História da África	14
1.3 - O Racismo no Brasil segundo Joel Rufino dos Santos	20
2 – DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR	25
2.1 - Dados e fatores da discriminação racial	25
2.2 - A discriminação e a exclusão racial na escola.....	31
2.3 - A importância da escola para a sociedade.....	37
2.4 - A negação da História da África nas metodologias e perspectivas de ensino	40
3 - O CONTEXTO CURRICULAR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10639/03	43
3.1 – Reflexões sobre a construção social do currículo.....	44
3.2 - A aplicabilidade da Lei 10639/03, a produção de novas identidades e novas subjetividades.....	49
4- CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO	59
4.1 - Caracterização da Escola campo de Estágio e pesquisa.....	59
4.2 -Vivências cotidianas na sala de aula.....	65
4.3 - A experiência docente e os desafios e inseguranças no trato das questões étnico – raciais	76
4.4 -Uma conversa com as crianças e adolescentes negros e negras da escola	94

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
ANEXOS	112

INTRODUÇÃO

“Época triste a nossa,
mais fácil quebrar um átomo do que o preconceito.”

Albert Einstein

Este trabalho monográfico é uma exigência do curso de formação de professores/as, Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande. Teceremos reflexões sobre a Lei 10.639/03 que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação), tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. A pesquisa registrada nesta monografia foi desenvolvida na Escola Profissional Monte Carmelo em Cajazeiras-PB no período de outubro de 2006 a setembro de 2007.

Constitui –se como a reflexão crítica sobre a prática pedagógica como sugere Paulo Freire¹. Para ele a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. E acrescenta; é fundamental que o aprendiz de educador assuma que o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador.

Objetivamos discutir a questão do preconceito racial para com os africanos/as e afro-descendentes presente na sociedade, em particular na escola; identificar o preconceito e a discriminação racial, expressos nas relações entre agentes educativos da escola; identificar aspectos implícitos e explícitos vinculados ao preconceito racial na linguagem oral e escrita, na comunicação visual nos livros e materiais didáticos, e ainda, analisar a importância da Lei 10.639/03 no currículo, para a superação do preconceito na escola.

O interesse em discutir racismo, preconceito, discriminação, estereótipo e afro-descendência, de modo específico no Brasil, dá-se devido ao processo de resgate/construção da identidade negra, após a história de escravidão e

¹ Pedagogia da Autonomia, 2002.

conseqüentemente de marginalização pelo preconceito e pela discriminação com que foram e são tratados os africanos/as e afro-brasileiros.

E ainda, em vista de uma nova concepção de sociedade que está sendo gestada no início deste milênio. Esta não se dá apenas através de grandes movimentos nacionais, lutas e manifestos como outrora, mas muito mais pelo aprofundamento de estudos e reflexões referentes aos grupos desfavorecidos e desrespeitados socialmente, ou seja por meio do conhecimento.

A sociedade pós-moderna caracteriza-se pela comunicação planetária, pelo subjetivismo e pelo respeito às diferenças. No Brasil, constata-se que vários grupos estão aquém destas características, embora alguns já tenham viabilizado processos de implementação de leis e estatutos para defesa de seu direito a ter direitos; direito de ser diferente sem que seja inferiorizado. Entre outros, temos: crianças e adolescentes, mulheres, idosos, homossexuais, analfabetos, portadores de necessidades especiais, negros e índios.

Neste contexto, torna-se relevante no âmbito da universidade, a discussão sobre racismo, preconceito, discriminação, esteriótipo, identidade cultural, sistema de dominação política pelo pressuposto do racismo exatamente para desmistificar compreensões androcêntricas e equivocadas e resultantes do processo de europeização. Estas entendem o africano como *máquina de trabalho* e não como *ser de cultura* e que em pleno século XX ainda dissemina a "*ideologia do embranquecimento*" chegando a trazer imigrantes europeus na intenção de "*lavar a mancha negra*" de 4,6 milhões de negros/as afrodescendentes.

O conhecimento sobre a heterogeneidade da constituição da população brasileira a partir dos diferentes grupos étnicos, com seus valores e características, provoca a interação dos indivíduos, diminui os conflitos, eleva a auto-estima dos grupos inferiorizados e é princípio de uma sociedade equilibrada, para o desenvolvimento tanto econômico quanto humano, na era da comunicação virtual e em tempo real, da nanotecnologia, enfim da sonhada e falada "*aldeia global*".

No âmbito da educação escolar o debate e a implantação da Lei 10.639/03, estabelece a obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares o ensino sobre: História e Cultura Africana e Afro-brasileira, sobretudo nas áreas de Educação Artística, Literatura e História. Nesse sentido é extremamente relevante a alteração do currículo inclusive dos cursos universitários de formação de professores e professoras e dos mestrados e doutorados para formação dos formadores/as de docentes para o ensino médio e fundamental.

Apesar do avanço nas discussões e consolidação de estudos, inicialmente do Movimento Negro e atualmente de grupos e setores da sociedade civil, sobre a identidade negra no Brasil alguns questionamentos ainda permanecem sem respostas, tais como: porque uma menina negra, ao fazer o desenho de si mesma dançando quadrilha com um menino branco não se pintou com a cor negra? Será que não lembrou a cor de sua própria pele ou não teve coragem de se ver como negra ao lado de um colega não negro? Ou ainda, porque a probabilidade de acontecer o contrario, da criança branca não enfatizar sua cor é mínima?

Porque ainda é comum ouvir frases, ditos populares, piadas preconceituosas e racistas em todas as classes e níveis sociais e intelectuais nas diversas faixas etárias? Porque a imagem negra é denegrada pela mídia, principalmente pelo sistema televisivo de comunicação? A televisão brasileira, mais especificamente a Rede Globo de televisão, insiste em usar atores e atrizes negras em papéis novelísticos de baixo nível de conhecimento e prestígio social, ou quando em papéis principais como vilões, incompetentes, irresponsáveis ou desonestos.

Não é curioso que o programa, por exemplo, Big Brother Brasil, líder de audiência nacional, tenha sempre um negro ou uma negra na formação do grupo, representando a raça, porém nunca mais que um ou uma mesmo sendo 45% da população brasileira negra, segundo o IBGE 2004 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e que ironicamente o ultimo ganhador tenha sido o "Alemão" com físico de "alemão" e não de angolano?

Na educação não há muita diferença. Mesmo estando próximo a cinco séculos do início da escravização dos africanos/as no Brasil, mais de um século da abolição legal, como se entende que a escola brasileira desde a universidade não tenha um acervo articulado com conhecimentos sobre o continente africano, diferentemente do europeu, por exemplo?

E ainda, do ponto de vista histórico, pedagógico e cultural é presumível dizer e provar que um povo que promove o desfile carnavalesco das escolas de samba do Rio de Janeiro e de São Paulo é um povo incapaz de produzir conhecimento? Que um Brasil que pára para participar e/ou assistir desde a arquibancada do sambódromo ao mais longínquo recanto pela Tv, não é um povo com "melanina na cabeça" e jeito negro de sambar e de fazer cultura e de ler e contar a História, de resignificá-la através dos sambas-enredos? E que um povo que sobreviveu ao exílio e a escravidão e salvaguardou a roda do candomblé, do samba, da capoeira, que reinventou o axé, o pagode, recriou o Hip-Hop e chega hoje às universidades é um povo sem cultura, não civilizado? Ou será, que sem cultura e não civilizado é quem ousa discriminá-lo? Nesta reflexão, o problema, não seria "do negro" mas de toda a sociedade que não se aceita e não se respeita como mestiça e pluricultural.

Outras questões também merecem nossa atenção, sobretudo no que diz respeito ao papel formativo da educação, são elas: qual é de fato o papel da escola neste contexto? Como pode ser trabalhado o combate ao preconceito racial no currículo escolar, nas relações corriqueiras e cotidianas? O material didático discute a questão racial, reforça os estereótipos ou a ignora? Como se dá esta discussão na formação docente? As universidades e cursos de formação de professores/as abordam esta problemática nos seus currículos? Qual a compreensão desta questão pela comunidade escolar desde pais, mães, professores/as, funcionários/as coordenações pedagógicas, alunos/as, etc? A linguagem é um elemento importante na radicação do racismo e da discriminação, da mesma forma que pode ser usada na reconstrução destes conceitos? Como o universo semântico evidencia o tratamento da criança negra na escola? O racismo ou preconceito racial se expressa principalmente nas dimensões social, intelectual e

estética. Também na dimensão afetiva, como têm sido o envolvimento dos profissionais da educação especial dos professores e professoras, para com as crianças?

A elucidação destas questões, ou de parte delas é a razão de ser desta pesquisa. Para desenvolver a mesma a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica² e a pesquisa-ação. A pesquisa – ação segundo Matos (2002) "... além da participação do pesquisador, *pressupõe uma ação planejada que deverá realizar-se no decorrer da sua realização*". Objetiva a transformação de algo a ser alcançado através da participação do pesquisador/a com o envolvimento dos sujeitos investigados. Inicialmente diagnostica-se um problema no ambiente pesquisado juntamente com o grupo envolvido para posteriormente e a partir dos dados da pesquisa fazer-se a intervenção necessária ou possível.

Os instrumentos de coleta de dados serão a observação participante, por ser feita na escola e na sala de aula que trabalho; o questionário para diagnóstico do problema e para aprofundamento dos dados e informações com as educadoras da escola; a entrevista informal para com as que não sabem ler e escrever (auxiliar de serviço) e grupo focal com as crianças.

Contribuir-se-á com este trabalho, no âmbito da universidade e da escola, com a quebra do silêncio sobre as práticas e as atitudes racistas e discriminatórias para com as pessoas e crianças negras; com o levantamento de questões reflexivas referentes a esta problemática; com a produção teórica sobre as questões de identidade cultural, racismo e diversidade brasileira; com a desmistificação das idéias eurocentricas nas concepções históricas e no estudo da importância da Lei 10.639/03 na escola. Ainda para que novas práticas surjam no âmbito educacional, de forma que permitam amenizar e transformar situações preconceituosas, discriminatórias e racistas na escola e posteriormente na sociedade; para que um novo pensamento da História do Brasil seja radicado

² A pesquisa bibliográfica é realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados, e publicados por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas da Web sites, sobre o tema que desejamos conhecer.(Matos, Kelma socorro Lopes de *Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer* 2002: 40).

registrando-a e contando-a de forma completa e não apenas nos padrões eurocêntricos, salvaguardando as devidas proporções, com igual referência à matriz africana e para que os alunos e alunas negras além de se aceitarem com suas características sejam aceitas e respeitadas na escola por seus/suas colegas.

Este trabalho organiza-se da seguinte forma, a saber: no primeiro capítulo, a partir de dados históricos como a colonização africana e o sistema de escravidão serão discutidas as atitudes preconceituosas e discriminativas para com os afrodescendentes na sociedade e na escola; no segundo, trata-se destes aspectos presentes nos livros didáticos e paradidáticos utilizados pela escola e posteriormente foi feito um estudo da Lei 10.639/03 como instrumento curricular de superação do preconceito na escola e na sociedade e por último relataremos as experiências do estágio supervisionado.

1- ÁFRICANIDADE, ESCRAVIDÃO E RACISMO

“Meu bisavô na África foi arquiteto,
meu avô construtor no Brasil colônia
e hoje eu moro debaixo da ponte”.

Henrique Cunha Jr.

1.1 - O Tempo e a História: a construção social do racismo

Foi construído historicamente, ao longo do período de colonização do Brasil, um comportamento preconceituoso e racista para com o negro³. Baseado na concepção de que a raça negra é inferior na escala humana o racismo para com os africanos/as e afrodescendentes atinge várias dimensões, principalmente a social, a intelectual e a estética. Esta concepção foi construída pela Europa em função dos seus projetos políticos de conquista de terras e exploração das colônias conquistadas.

Muita *Ginga*, muito *axé*, muito *batuque* são necessários para “rodar à baiana” neste grande *terreiro* que é a “aquarela” geopolítica e cultural brasileira. Falar do ser negro/a no Brasil hoje é remar contra o eurocentrismo e vibrar, participar da construção de uma nova identidade afro-brasileira emergente. O Brasil pode ser comparado a uma grande aquarela onde o negro, o “preto” não está individualizado, mas é um componente interno a cada uma das cores. Na formação do povo, a partir principalmente das matrizes indígena, africana e europeia há toda uma mistura nas raças que forma um colorido todo especial.

³ Negro - Termo que, de acordo com a significação dada pelos dicionários, significa de cor escura, muito escuro; que pertence a raça negra. De acordo com a realidade brasileira, o termo negro é um conceito político. Ser negro é um conceito político. Ser negro é identificar-se e reconhecer-se como tal. (Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro- 2004)

O racismo ⁴ originado na cultura ocidental justifica a desvalorização de grupos de pessoas em relação a outros, visando sempre à exploração do grupo minimizado, baseando-se sempre na cultura ou na condição social. Exemplificando, historicamente na Grécia o racismo era baseado na falta de cultura porque estes se achavam mais cultos do que outros povos, já no império romano predominou as discriminações fundamentadas na condição social.

A nobreza da Idade Média como afirma Fontes no artigo "*Racismo, o que é?*" Também tinha a condição social como parâmetro para discriminação.

Os nobres na Idade Média, por exemplo, eram conhecidos como superiores em relação aos outros grupos sociais, porque gozavam de certos privilégios que haviam herdado ou lhes fora atribuído por um rei. Estes e outros privilégios estabeleciam uma hierarquia entre os seres humanos, fazendo com que uns fossem reconhecidos como superiores aos outros.⁵

Na modernidade surgiram novas concepções de racismo, por volta do século XV em torno dos judeus e muçumanos, na Espanha. A teologia cristã que até então exigia a conversão dos judeus e muçumanos ao cristianismo, muda de concepção e entende que estes não mais podem ser tolerados de modo que não será mais suficiente a "limpeza de alma" pela conversão, mas será necessária uma limpeza de sangue por meio do extermínio. Não teve muita ênfase esta forma de pensar, porém esta doutrina defendida pelo espanhol Prudêncio de Sandoval muito se aproxima, das idéias e práticas de Adolfo Hitler.

Neste mesmo século, na França, defendida por Francis Hotmam surge outra idéia racista. Esta para legitimar a divisão de classes e os privilégios da nobreza. Consta de uma teoria que afirma que a França era constituída de duas classes: a

⁴ Racismo - Crença segundo a qual as capacidades humanas são determinadas pela raça ou grupo étnico, muitas vezes expressa na forma de uma afirmação de superioridade de uma raça ou grupo sobre os outros. Pode manifestar-se como discriminação, violência ou abuso verbal.

⁵ Carlos Fontes – *Racismo, o que é?* Disponível em: www.dialogoscontraoracismo.org.Br acesso em 23/06/07.

dos nobres, de origem germânica da raça dos fortes e conquistadores das terras por meio das guerras e a do povo que descendia dos perdedores e antigos escravos/as.

No século XVIII surgem as teorias contemporâneas racistas. Os cientistas trabalham em função da identificação e classificação das diferenças das raças e classificam umas raças como inferiores, de modo particular a raça negra e apenas a raça branca européia é classificada como superior.

Neste contexto, a escravidão⁶ que até então, seria condição de qualquer pessoa, passa a ter outro caráter. Anteriormente alguém nascia ou tornava-se escravo/a por causa da condição social, ou conseqüências de guerras, raptos, dividas etc, de modo que tanto uma pessoa branca quanto uma negra seriam escravos uma das outras independentemente de cor. Dessa forma todas as pessoas podiam ser livres ou escravos independentemente da sua natureza, mas determinado por diferenças de culturas e principalmente de condições sociais.

A partir de então a escravatura⁷ não mais será concebida para com as pessoas brancas, mas apenas para com a raça negra, inclusive independente de condição social. Como lembra Fontes, na obra - *o Espírito das leis de Montesquieu*, "tem dificuldade em aceitar que os negros/as possam ser considerados seres humanos". Porém, aprofundaremos posteriormente estas reflexões.

No século XIX, desenvolvem-se mais duas teorias fortemente racistas. A teoria da superioridade da raça "ariana" que teve sua expressão maior com Adolfo Hitler com o massacre dos judeus na Alemanha.

⁶ Escravidão - Ato de violência do mais forte sobre o mais fraco.

⁷ Escravatura, também nomeada de escravidão no Brasil, é a prática social em que um ser humano tem direitos de propriedade sobre outro designado por escravo. A escravatura foi comum na Antigüidade em todo o mundo, a partir do momento em que o crescimento populacional numa região levou à introdução do conceito de propriedade e, conseqüentemente, de conflitos para assegurar a sua posse.

E o Darwinismo social⁸ de Charles Darwin, que baseado na teoria da geração e da evolução das espécies trouxe novas informações para a fundamentação da desigualdade entre as pessoas, e este serviu de base para o Apartheid⁹ na África do Sul.

Neste estudo, partimos do pressuposto de que a *negritude*¹⁰ no Brasil já não é apenas a identificação da cor negra da pele de uma raça, de um povo, mas é como que uma "filosofia". A filosofia do círculo, da roda (capoeira, samba, candomblé...), na dor, no sofrimento, na injustiça, na desumanização; pela união, pela resistência, pela luta, pela liberdade e pela festa; nos momentos mais críticos da vida de um ser humano, ou seja, quando sua dignidade é ameaçada e violada. A este jeito de pensar, de compreender e de fazer as coisas e a vida se identificam todos os grupos, marginalizados e injustiçados quer pela questão étnica, quer social ou de gênero. Para a coordenadora do Projeto a Cor da Cultura, Ana Paula Brandão:

A questão do círculo, da roda, da circularidade tem uma profunda marca nas manifestações culturais afro-brasileiras, como a roda de samba, a roda de capoeira, as legendárias conversas ao redor da fogueira... No

⁸ O darwinismo social que defendia o direito natural dos mais "fortes", governarem os mais "fracos". Desde finais do século XIX, baseados em supostas teorias científicas procurou-se fundamentar a superioridade de uns povos sobre os demais. As últimas descobertas sobre o DNA foram concludentes sobre a falsidade deste tipo de argumentos.

⁹ -Apartheid foi instituído entre 1948 e 1991, envolvendo a separação entre as diferentes "raças", no que respeitava à propriedade, residência, casamento, trabalho, educação, religião e desporto. Este sistema tem origem nas práticas segregacionistas dos colonos holandeses seguidas desde o século XVII nesta região de África. O sistema só terminou oficialmente em 1994, quando nas eleições multipartidárias de Abril, Nelson Mandela se tornou o primeiro presidente negro deste país e o chefe de um governo multirracial.

¹⁰ Negritude - Postura de reverência aos antigos valores e modos de pensar africanos, conferindo sentimentos de orgulho e dignidade aos seus herdeiros. É, portanto, uma conscientização e desenvolvimento e valores africanos. A exaltação da negritude tem sido uma das posturas escolhidas pelos movimentos negros brasileiros para a elevação da consciência da comunidade, a fim de fortalecer a luta contra o racismo e suas mais diversas manifestações (Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro- 2004)

candomblé, os iniciados rodam/dançam durante alguns rituais ou festas. Com o círculo, o começo e o fim se imbricam, as hierarquias, em algumas dimensões, podem circular ou mudar de lugar, a energia transita num círculo de poder e saber que não se fecha nem se cristaliza, mas gira, circula, transfere-se...(2006, p.97).

Embora com tantas riquezas culturais e formas de reação constata-se, historicamente esta violação nos mais variados aspectos da nossa cultura brasileira, como por exemplo, nos versos da música *Mãe Preta* de Dulce Pontes, quando se canta em lamento *“Porém lá na senzala o seu pretinho apanhava! Enquanto a chibata batia no seu amor, Mãe Preta mais uma lágrima enxugava! Enquanto a chibata batia no seu amor, Mãe Preta embalava o filho branco do sinhô”*.

Tecer reflexões a partir do afro-brasileiro¹¹ é com certeza um grande desafio que descortina horizontes, na música, na arte, na poesia, na literatura, na mídia, na sabedoria popular, de forma que o caráter científico não deve negar ou reprimir as emoções, os sentimentos e a força política e cultural presente nas atitudes, ações e acontecimentos históricos. Primamos pela veracidade das informações, porém não traçamos uma linha do tempo e da história de modo unidimensional e retilíneo, porque a própria história tem continuidades e rupturas, de acordo com a posição e a compreensão de quem a faz e a descreve.

Assim como o “11 de setembro”¹¹ seria relatado de diferentes formas por quem estava nos aviões, nos edifícios ou pelos repórteres, também assim é a chegada dos portugueses ao Brasil. Os portugueses pensando ter chegado na Índia

¹¹ Afro-brasileiro - Adjetivo usado para referir-se à parcela significativa da população brasileira com ascendência parcial ou totalmente. O termo tem patrocinado uma calorosa discussão sobre quem representa, efetivamente, esse seguimento populacional no Brasil. Principalmente depois dos posicionamentos oficiais em relação à reserva de vagas, pelo sistema de cotas, para negros na universidade. (Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro- 2004)

chamaram os habitantes do Brasil de índios/as, já os “índios/as” o que pensaram? Esta parte não está escrita na história oficial, porém é história. Dado que nos faz refletir sobre o fato de que a história oficial escrita é a história do mais forte, mais poderoso, no caso do colonizador europeu.

Toda a história seja contada ou escrita, têm objetivos, quer pessoais ou coletivos, quer explícitos ou implícitos. Tanto os avós contadores e contadoras de histórias quanto os grandes escritores/as da literatura clássica, têm um modo de ver e um objetivo para tal ação.

A história de todas as sociedades e civilizações passa entre outros elementos, pelo crivo do modo de produção e este depende de diversos fatores quer culturais, sociais, econômicos, climáticos etc. A história oficial escrita do Brasil é demarcada por períodos determinados pelo modo de produção e datada pelos acontecimentos do regime político.

O processo de formação como sociedade heterogênea, perpassa todos estes períodos, porém alguns aspectos e povos são predominantes em determinados períodos. No Brasil colônia predomina o sistema escravista de produção com mão-de-obra inicialmente indígena e posteriormente por aproximadamente quatro séculos, africana. A partir deste dado, toda a história da Europa colonizadora, da África escravizada e da América particularmente do Brasil, colonizado e explorado, toma um novo rumo pressupondo o etnocentrismo¹² europeu.

Como dissemos anteriormente, a história que sobressai é a história do mais forte e poderoso, então prevaleceu oficialmente a história dos “reis e heróis europeus”. Até hoje se pensa massificamente o continente africano, ainda como os primeiros portugueses que aqui chegaram e pensaram ter chegado na África ao encontrar

¹² Etnocentrismo - Visão de mundo que considera o grupo a que o indivíduo pertence o centro de tudo. Elegendo – o como o mais correto e como padrão cultural a ser seguido por todos, considera o outro, de alguma forma diferentes, como inferiores. (Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro-2004)

homens nus vivendo em tribos, na selva entre os animais. Em pleno século XXI, ainda se ensina nas escolas a historiografia baseada nos parâmetros da civilização europeia de quatro ou cinco séculos atrás, deixando um vácuo, uma dívida para com a história de dizimação da população indígena, que resta apenas cerca de 10% em relação à encontrada pelos portugueses no séc. XIV e da população africana e afro-descendente com suas lutas contra a escravidão, contra o preconceito e a discriminação, pela liberdade, pelo respeito e pela dignidade.

Alguns aspectos precisam ser considerados na abordagem da história da África, como o fato de ser um continente com uma cosmogonia muito diversificada, e multifacetária em todas as dimensões. A política vai de grandes impérios como o do Egito a pequenas comunidades organizadas em clãs e tribos, proporcionalmente com línguas, e dialetos múltiplos e variados. Argumento para se dizer que é um povo sem organização, sem estruturação ou harmonia e com dificuldades de comunicação e intercâmbio. Porém, este dado não surpreende nenhum brasileiro que conheça a heterogeneidade deste país. No Rio Grande do Sul seria comum ouvi a expressão "Maria foi campear o seu pear". Expressão própria de um "dialeto" que um nortista ao saber que "pear" significa menino, criança entenderia que a Maria foi procurar no campo o seu menino, o seu filho e esta linguagem, ou expressão não impossibilitaria a comunicação. Assim acontece no continente africano que mesmo tendo muitos dialetos, tem idiomas comuns a todo o território como o árabe, por exemplo.

Para concretizar o processo de escravização do africano foi necessário criar um modo de conceber e explicar aquele continente como selvagem, sem civilização, sem cultura ou incapaz de produzir conhecimento, sem autonomia para se auto-explorar e desenvolver. Inicialmente Portugal e Espanha são os exploradores das "especiarias" africanas de forma que a partir do século XIV dão início as grandes expedições marítimas e ao processo de colonização das terras africanas.

A ciência vai ser um elemento importante neste processo não só ao permitir essas expedições ao criar a bússola, mas, principalmente, ao corroborar a idéia de que

as diferenças físicas e culturais significam inferioridade. E esta concepção será suficiente para que os europeus tratem os africanos/as como "animais" a serem utilizados posteriormente na construção basilar de uma nova sociedade brasileira. De um modo geral o racismo para com o africano é criado pela necessidade de justificar a agressão para com ele nas mais imprevisíveis formas.

Trazidos à força pelos europeus, os africanos/as no Brasil serão forçados a perder sua condição de gente e assumirem a condição de escravos/as. O racismo toma forma no Brasil, por volta de 1530, concretizado nas relações de dominação e subalternidade entre senhores e escravos/as que dando base a um novo modelo social e econômico vai sustentar a sociedade brasileira por quase quatro séculos seguintes.

Este vai ser um processo violento, desconhecido na maioria das vezes, até mesmo para que tudo possa parecer pacífico e ordenado. Mas basta pensar sobre a informação desta expressão "*quando os escravos vieram para o Brasil...*" que já se torna possível encontrar este "contra projeto africano". Duas observações aqui se fazem necessárias, a princípio ninguém é escravo/a, mas escravizado/a e, evidentemente, os africanos/as não vieram para o Brasil, estes foram trazidos/as presos/as e acorrentados/as em condições subumanas nos porões dos navios.

1.2 - Entre o dito e o não-dito: trabalho escravo, Identidade Africana e a História da África

Houve um processo de "desumanização do africano", para usá-lo no trabalho escravo. E este processo foi feito de forma tão violenta que se torna difícil até hoje pensar em quem eram estes africanos/as nas suas terras. Paralelamente foi criado e divulgado até hoje, uma idéia "feia, ruim, má", da África de modo que se concorde facilmente que um povo vindo daquele continente só serviria para ser escravo.

Tem-se, portanto três espaços fortes de construção deste racismo que trataremos a seguir, a saber: as condições do trabalho escravo, a desconstrução da identidade étnica¹³ africana, e a negação do estudo da história do continente africano. Porém, o povo africano não foi passivo neste processo, dentre muitas reações que a “história” não registrou pode se ilustrar estas questões a partir da história de Aqualtume e Nzinga desconhecidas até hoje. E que nos pasmam diante da nossa própria ignorância da História da África, da qual só se ouve falar do grande império egípcio e da história da abolição da escravatura que quase como mito, se conhecem o Quilombo dos Palmares e o glorioso guerreiro Zumbi dos Palmares.

Vejamos por exemplo, as histórias da Rainha *Nzinga* angolana e seguidamente da princesa Aqualtume, Avó de Zumbi dos palmares trazida para o Brasil para o trabalho escravo. Histórias desconhecidas e inimagináveis, por causa da concepção de África divulgada pela mídia, e pelo currículo escolar, principalmente pela visão racista e androcêntrica brasileira, de que um continente massacrado pela fome e pela AIDS e que não tem organização e formação política.

A Rainha *Nzinga Mande* nasceu em 1583 e faleceu aos 80 anos em 1663, era filha de *Nzinga a Mande Nula Kiluaje* e *Guengueja Cakombe*. Era Rainha dos reinos *Ndong* e *Matamba* no século XVII localizados na região sudoeste. Rainha na língua kimbundu significa *Ngola* e curiosamente por este ser o seu título, os portugueses ao colonizar a região sob seu domínio denominaram de Angola.

O seu reinado aconteceu em um período de grandes conflitos e se consolidou exatamente por este motivo. Ela enfrentou a fase inicial e, portanto mais violenta da radicação do poder dos portugueses àquela zona, também do tráfico de escravos/as. Este processo do tráfico vale aqui ressaltar, que não era em hipótese alguma um processo passivo, mas, ao contrário, havia muitas lutas e

¹³ Identidade Étnica - Conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa que a faz reconhecer-se pertencente a um determinado povo, ao qual se liga por traços comuns de semelhança física, cultural e histórica. A identidade étnica assumida positivamente é fundamental para a auto-estima do negro e se constitui também uma estratégia necessária ao fortalecimento de seu grupo, na luta contra as injustiças sociais. (Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro - 2004)

batalhas entre os países europeus entre os portugueses e os africanos/as e também entre comunidades, tribos e povos africanos devido os diferentes interesses e posições de beneficiamento em relação ao tráfico.

Neste contexto, que durava anos, Nzinga participa, enviada por seu Irmão o *Ngola Ngoli Bbondi*, de uma conferência de paz com o governador português de Luanda (atual capital da Angola) depois se converteu ao cristianismo para fortalecer o tratado feito com os portugueses e ainda adotou o nome de "Dona Ana de Souza".

No entanto, depois os portugueses quebram o tratado e o seu irmão a abandonou na luta de forma que ela criou alternativas, formando coligação com os reinos: *Congo, Kassanje, Dembos e Kissama* e aliança com o povo *Janga* ao casar-se com o seu chefe e conquistando *Matamba*. Ela mesma liderou as tropas na guerra, a quem fez chamá-la não de rainha, mas de "rei" para, é claro que mesmo numa compreensão machista, designar o seu poder.

Foi traída pelo seu povo *Janga*, mas fez aliança com os holandeses que conseguiram ocupar Luanda de 1641 a 1648. Quando os portugueses reconquistaram Luanda ela fugiu para *Matamba* onde continuou sua resistência chegando aos 60 anos de idade ainda liderando tropas. Em 1659, assinou um tratado de paz com Portugal e viabilizou a reinserção de antigos escravos. Constituiu uma economia independente do tráfico de escravos/as diferentemente de muitas outras na época.

Faleceu em 17 de dezembro de 1663 em *Matamba* de uma forma pacífica aos 80 anos de idade. Depois de sua morte aconteceu uma desintegração dos seus aliados de forma que em 1671 Portugal invadiu a região. Em algumas áreas Portugal não controlou totalmente até o século XX. A história desta rainha ficou respeitada e admirada até por Portugal.

Dentre os vários nomes que lhe foram dados alguns se transformaram em expressões usuais como *Ginga* ou *Jinga*. Inicialmente uma referência a ela

provavelmente, pela sua luta e suas astúcias. Trazido pelos africanos/as da Angola que viram principalmente para a Paraíba e para a Bahia, e posteriormente abasileirado como expressão, muito usado, ou por acaso alguém nunca ouviu uma expressão tipo "Vai consegui, afinal tem um gingado!" ou "Brasileiro é bicho bom de ginga!".

Resumindo a biografia da princesa Aqualtune pode se ler o seguinte texto:

Filha do Rei do Congo, a princesa foi vendida como escrava para o Brasil, em razão das rivalidades existente entre os diversos reinos africanos. Quando os Jagas invadiram o Congo, Aqualtune foi para frente de batalha defender o reino, comandando um exército de 10 mil guerreiros. Derrotada, foi levada como escrava para um navio negreiro e desembarcada em Recife. Dentro do sistema viltante em que foi colocada como prisioneira, foi obrigada a manter relações sexuais com um escravo, para fins de reprodução. Engravida, foi vendida para um engenho de porto Calvo, onde pela primeira vez teve notícias de Palmares. Já nos últimos meses de gravidez organizou sua fuga e a de alguns escravos para Palmares. Começa, então, ao lado de Ganga Zumba, a organização de um Estado negro, que abrangia povoados distintos confederados sob a direção suprema de um chefe. Aqualtune instalou-se, posteriormente, num desses mocambos, povoados fortificados, a 30 léguas ao noroeste de Porto Calvo. Uma de suas filhas deu-lhe um neto, que foi o grande Zumbi dos Palmares. ¹⁴

Como podemos saber; são histórias nunca escritas nos livros didáticos diferentemente dos heróis "Colombos e Cabrais". Mas, que tratam dos dois aspectos ignorados embora de suma importância na construção da identidade negra no Brasil. Trazem uma imagem do processo de escravização na África, e

¹⁴ Disponível no site- www.casadeculturadamulhernegra.org.br em 30/05/07 Fonte: Cartilha "Mulher Negra tem História" Alzira Rufino, Nilza Erice, Maria Rosa, 1987.

da reação dos africanos/as tanto no ambiente e captura quanto de adaptação no Brasil.

Outro aspecto colaborador para a radicação deste processo de preconceitos e discriminação racial no Brasil é a forma como a história da África e dos afrodescendentes é abordada pelo currículo escolar. Os conhecimentos sobre os povos e as civilizações são em sua grande maioria reservados as disciplinas de História e Geografia, porém, fica um déficit sempre em relação às demais áreas. No caso do continente africano, não se tem abordagem histórica, diferentemente das civilizações européias, como a Grécia, a Mesopotâmia, Roma.

Antes de qualquer justificativa sobre o porque ensinar a História da África é necessário assumir-se que essa História é relevante por si mesma, como a da Europa, por exemplo. Até porque não se vêem historiadores ou historiadoras, alunos/as ou professores/as questionar sobre a razão pela qual se deve estudar a história da Grécia ou do Império Romano.

Este comportamento, dos pesquisadores/as e educadores/as brasileiros, representa uma negação da própria identidade brasileira uma vez que a África esta mais ou tão perto do Brasil que a Europa. No artigo "África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática" Anderson Ribeiro Oliva se reporta à Lei 10639/03 com um questionamento indispensável. Pergunta ele sobre "como ensinar o que não se conhece?" Com este questionamento alerta para o ter-se esquecido de estudar este continente e completa "devemos voltar nosso olhares para a África pela sua relevância incontestável como palco das ações humanas e pelas profundas relações que guardamos com aquele continente por meio do mundo chamado atlântico".

Abrindo uma discussão mais apurada Ribeiro¹⁵ pergunta sobre "O que sabemos sobre a África?" e discorre sobre a primeira idéia da África, idéia "atrevida" que surge nas nossas cabeças, exatamente porque não é um continente estudado

¹⁵Artigo A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática Anderson Ribeiro Oliva; <http://www.brasilcultura.com.Br>. acesso em 06/07/2007

nos bancos escolares. Por isso nos atrevemos a falar da África pelas idéias estereotipadas, preconceituosas e “capengas”, tiradas segundo ele de programas e de imagens vagas sem seqüência ou fundamentação. Como podemos notar na seguinte afirmação, a África confunde-se com:

Imagens chocantes de um mundo africano em agonia, da AIDS que se alastra, da fome que esmaga, das etnias que se enfrentam com grande violência ou dos safáris e animais exóticos, o que sabemos sobre a África?¹⁶

No entanto, não há como fugir do fato histórico de que África e Brasil estão um para outro como o rio para o mar. Ribeiro ainda reforça esta idéia ao insistir que;

Não somos (brasileiros) frutos do encontro ou do desencontro de diversos grupos étnicos, ameríndios, europeus e africanos?... A História da África e a História do Brasil estão mais próximas do que alguns gostariam. Se nos desdobramos para pesquisar e ensinar tantos conteúdos, em um esforço de, algumas vezes, apenas noticiar o passado, porque não dedicarmos um espaço efetivo para a África em nossos programas e projetos.op.cit)

Com esta idéia, reforça-se a formação da população brasileira reconhecendo a parte africana e reclamando a ausência da história deste continente. Enfoca-se o fato de o currículo trabalhar conteúdos apenas para cumprir programas, de forma a dar apenas informações ou notícias do passado ao invés de historiografar à vida e história dos antepassados/as em relação à vida e ao contexto dos alunos/as e da sociedade.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

¹⁶ Anderson Ribeiro Oliva; <http://www.brasilcultura.com.Br>. acesso em 06/07/2007

O autor ainda reforça esta compreensão, insistindo que, *“os africanos não foram criados por autogêneses nos navios negreiros e nem se limitam em África à simplista e difundida divisão de bantos e sudaneses”*. E continua, *“devemos conhecer a África para não darmos notícias aos alunos/as, mas para internalizá-la neles”*.

1.3 _ O Racismo no Brasil segundo Joel Rufino dos Santos

SANTOS (1984)¹⁷ aponta algumas modalidades do racismo brasileiro. Para ele a primeira modalidade do racismo no Brasil é o fato de que *“nos acostumamos a ver, e a tratar o povo como bichos”*. Mesmo não trabalhando com dados, o autor exemplifica esta modalidade chamando o leitor/a observar cenas ou aspectos do sistema presidiário brasileiro onde sua *“grande maioria são pessoas de cor”* negros/as ou mulatos/as¹⁸

Uma segunda modalidade apontada é uma revelação do fato de que *“achamos, sinceramente que os brancos são melhores que os não-brancos”* e revela estas opiniões e atitudes com exemplos corriqueiros de preconceito e discriminação para com os não-brancos/as, desde as piadas aos anúncios de empregos exigindo *“boa aparência”*.

A terceira modalidade diz respeito à *“idéia negativa que fazemos das pessoas de cor”*, e faz memória de ações preconceituosas para com negros e índios, apenas pela sua cor. E lembra de quantos jovens são abordados como criminosos pelo fato de serem negros/as e morarem em favelas brasileiras. Aqui podemos fazer ainda, memória da morte *“na madrugada do dia 20 de abril de 1997, do índio Galdino Jesus dos Santos, 44 anos, do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, do Estado da*

¹⁷ Joel Rufino dos Santos – *O que é racismo*. São Paulo: 1984.

¹⁸ Mulato - é uma palavra portuguesa que significa jovem mula. Foi usado nas Índias ocidentais e nos estados unidos para se referir a crianças de herança racial mista. É um termo desumanizante, pejorativo, de cunho discriminatório, mas muito usado no Brasil, sem reprovação social. (Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro - 2004)

Bahia, quando dormia no ponto de ônibus de uma praça pública de Brasília". No artigo de Paulo de Maldos¹⁹ (2007) ele relata:

Antes de ficar inconsciente, perguntava para os médicos que o atendiam: "Por que fizeram isso comigo?" Essa pergunta, até hoje é difícil de ser respondida. Essa pergunta sacudiu a sociedade brasileira na época, chocada com o horror da crueldade que ciclicamente nos atinge, às vítimas em primeiro lugar e, em seguida, a todos nós, em nossa auto-imagem de humanidade e civilização. (p. 01)

No mesmo artigo o autor discute tanto a questão filosófica e sociológica do caso como também traz as razões emitidas pelo grupo quando faz o seguinte comentário:

Os autores da barbárie foram cinco jovens de classe média brasiliense, um deles menor de idade... Depois da brutalidade, os criminosos foram para casa dormir, como se nada tivessem feito. Foram identificados e presos. Diante da comoção nacional ainda quiseram se defender, com o seguinte argumento: "Não sabíamos que era um índio, pensávamos que era só um mendigo". Ou seja, em mendigos é permitido atear fogo. (p.02)

Evidencia-se neste comentário um comportamento de uma classe social em relação a uma etnia e a outra classe. Como o próprio autor coloca "em mendigos

¹⁹Paulo de Maldos - Assessor político do Conselho Indigenista Missionario (CIMI). Artigo disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=27155> acesso: dia 13/09/07

é permitido atear fogo?" Se pesquisarmos sobre quem são os moradores/as de rua do Brasil, iremos perceber que sua grande maioria, como nas favelas, é negra.

A quarta modalidade é resquício da teoria anti-racista que defende a idéia de que no Brasil, as raças vivem harmoniosamente. É a "idéia de que não somos racistas" defendida acirradamente por Gilberto Freire no seu livro *Casagrande e Senzala*. Compara a escravidão no Brasil e nos Estados Unidos e vai dizer que no Brasil a relação entre senhores e escravos/as eram relações harmoniosas e que os patrões tratavam bem os negos/as escravizados/as elencando vários aspectos que levavam vantagens em relação a outros países.

A quinta modalidade é o fato de "olharmos os não-brancos como não-brailleiros". Este aspecto perpassa as nossas relações e se expressa nas reações de espanto, de surpresa ao ver imagens de negros/negras brasileiros/as e pensar serem africanos/as. Santos insiste nesta idéia e exemplifica afirmando que:

De 1945 para cá..., choveram congressos sobre o negro, sobre a cultura africana, religiões afro-brasileiras etc. enquanto isso, muitos negros passaram, orgulhosamente a se intitular afros e, mais recentemente blacks. A curiosidade pelo negro e sua cultura é justificável, Mas revela também uma coisa, o brasileiro ainda vê o negro como outro, um corpo estranho que merece atenção e estudo. (1984. p.81)

E continua questionando a capacidade da sociedade brasileira assumir a própria identidade étnica e cultural e ainda reforça a idéia de que somos influenciados/as até na maneira de pensar a nossa própria identidade. Vejamos a citação a seguir:

Na verdade a sociedade brasileira ainda não tem condições históricas de se enxergar como realmente é: de cor, levemente coberta de branco, como os bolos de chocolate que se adornam de glacê. Porque não conseguimos ver no espelho nossa própria face? Em algumas coisas já não somos um país colonial, mas em muitas outras todas importantes, na economia, na música popular, na concepção de nós mesmos, continuam determinados de fora para dentro. Tanto quanto no tempo do Marquês de Pombal (p.81)

Ainda nesta reflexão, costuma-se falar sobre as contribuições dos índios e dos negros na formação do atual povo brasileiro, porém não se reconhece que estes grupos não foram contribuidores, mas, construtores da história, da política, da economia, da cultura brasileira. Vejamos , portanto a seguinte afirmação:

O negro e o índio foram durante 400 anos os únicos criadores de riqueza – não deram só o candomblé, o cauim etc... foram eles que criaram tudo, sob o chicote do amo branco, as plantações, os prédios, as estradas, os móveis etc (p.81)

E conclui, criticando e questionando a situação dos indígenas e afrodescendentes no Brasil e a negação que se faz da existência e importância destes grupos. Nas seguintes afirmações:

Até recentemente nossos embaixadores no exterior eram instruídos para explicar que Brasil

é uma nação branca, que possui também em número reduzido e cada vez menor, negros e índios. É um absurdo lógico: se tiramos negros e índios, o que sobraria do Brasil? (p.82)

O racismo no Brasil como podemos perceber, é um processo histórico tão enraizado que chega a ser violento, agressivo tanto nas manifestações, quanto nos silêncios e negações.

2 – DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

“Em primeiro lugar,
é importante esclarecer que ser negro no Brasil
não se limita às características físicas.
Trata-se também, de uma escolha política.
Por isso, o é quem assim se define.”
Gonçalves e Silva

2.1 - Dados e fatores da discriminação racial

A partir da Lei 10.639/03 que obriga o ensino da História e cultura Africana e afro-brasileira, a escola ainda aquém as discussões empreitadas, principalmente pelo Movimento Negro²⁰ organizado, como que acorda para estas discussões a cerca do preconceito, do racismo, da discriminação nela presentes. Várias são as metas e Diretrizes que podem guiar este novo desenho curricular, mesmo que após cinco séculos de convivência, de miscigenação com o africano a escola ainda se sinta despreparada para lidar com estas questões.

A discriminação expressa-se desde as piadas do censo comum até o sistema sócio, político e economicamente organizado resultando em um quadro de desigualdades de direitos, e oportunidades sociais e econômicas entre negros/as, mestiços/as e brancos/as.

A escola como instituição educacional socialmente construída participar deste mesmo destino, ou seja, embora tendo esta, a missão de questionar e reconstruir esta compreensão do povo negro e da sua história tem mais repassado este

²⁰ Movimento negro - Organizações sociais da população afro-brasileira, no sentido de lutar pelo fim do racismo, do preconceito e das discriminações raciais, procurando assegurar conquistas sociais, defender os direitos e promover a valorização do negro e de sua cultura.
(Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro- 2004)

preconceito de uma geração à outra durante vários séculos. Faz-se necessária uma compreensão mais ampla para que se entenda toda esta trama tão arraigada, que perpassa as relações escolares.

A discriminação racial, social e educacional estão intrinsecamente ligadas. A princípio abordava-se a questão em um âmbito mais abrangente, de forma que se estudava a ausência da população negra no mercado de trabalho como expressão da discriminação racial. Com o aprofundamento dos estudos de caráter quantitativos foi – se comprovando que o problema antecedia e muito o mercado de trabalho. Silva Jr.(2002) afirma e explica como acontece este processo, ao dizer que:

... sobre o processo educacional brasileiro, notou-se que essa discriminação estava situada na ponta inicial do processo, uma vez que a trajetória de escolaridade era intensamente diferenciada por raça/cor, desde o acesso, passando pela permanência e finalização da trajetória escolar, a qual, por sua vez era definidora de capacidade competitiva, num mercado de trabalho formal que demandava cada vez mais competências específicas e altamente desenvolvidas. (P. 20,).

Como explica o autor a discriminação perpassa todo o processo escolar desde o acesso, a permanência e a finalização do processo de modo que estas pessoas prejudicadas terão conseqüentemente problemas no acesso e permanência no mercado de trabalho que exige habilidades e competências adquiridas na escola.

HASENBALG e VALLE SILVA JR ²¹ fazem uma análise dos dados da PNAD de 1982 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio). Esta data é importante dado

²¹ Nelson do Valle Silva & Carlos * Hasenbalg. A tendência das desigualdades educacionais no Brasil, 1992.

o processo de organização do Movimento Negro, começada na década anterior e o seu fortalecimento nos anos 80 e 90. Nesta análise, os dados apontam que *“quando comparados aos brancos, os pretos e pardos têm probabilidade três vezes maior de continuar sem instrução ou sem completar a primeira série do ensino superior”*. Continuam ainda as constatações no sentido de que as desigualdades se agravam no nível do ensino superior.

Esta desigualdade atinge um nível nacional e perpassa para uma visão internacional. Em comparação a outros países o referido autor vai dizer que:

No Brasil, os brancos, com relação aos pretos tem 8,5 vezes mais chances de acesso à universidade e relativamente aos pardos a probabilidade é de quase cinco vezes mais... o Brasil aproxima-se mais da África do Sul do que dos Estados Unidos, no que diz respeito às oportunidades que negros tem de ingressar no ensino superior (SILVA JR. P.24).

Nesta mesma perspectiva, outras pesquisas são citadas e com significativas observações e hipóteses. Rosemberg e colaboradoras²² a partir de um estudo sobre o rendimento escolar no Estado de São Paulo concluem:

As crianças negras tendem a repetir o ano com uma freqüência maior do que as crianças brancas... são excluídas mais cedo do sistema escolar, particularmente na passagem da 3ª para a 4ª serie do 1º grau. As crianças negras apresentam uma trajetória escolar mais acidentada do que as crianças brancas, vivenciando um maior número de afastamentos

²² Rosemberg, Fluvia; Pinto Regina & Negrão, Esmeralda. A situação de Negros (pretos, pardos) 1985

e retornos para a escola, o que indica uma interação difícil entre o sistema escolar e o alunado negro... Apesar das dificuldades o alunado negro se esforça por permanecer na escola. (1985. p. 24).

Os aspectos da repetência, os afastamentos e retornos da criança negra na trajetória escolar acima citados são aspectos de fracasso em relação às crianças brancas por uma questão de raça apenas e não de classe social. É uma questão que perpassa as relações da criança negra com a instituição escolar, como se esta não tivesse um espaço garantido, mas cedido, emprestado, arranjado na escola.

Além dos dados já citados, o fato de os alunos/as negros/as terem a tendência a serem encaminhados/as ou aceitos/as com mais freqüência nas escolas carentes levaram Rosemberg a levantar a hipótese da segregação espacial dos segmentos raciais. Para ela *"as famílias negras podem estar encaminhando seus filhos para equipamentos sociais freqüentados por negros ou por populações brancas mais pobres, como um mecanismo de defesa contra a discriminação racial"*.

A hipótese da segregação espacial ou segregação residencial no espaço será confirmada por Telles²³ quando refere-se à ocupação populacional geográfica no Brasil. O autor Silva Jr. vai dizer que:

Telles aponta uma segregação residencial no espaço urbano brasileiro, estando os negros confinados às áreas mais pobres e carentes dos centros urbanos, ainda que legalmente a segregação espacial não exista no Brasil. Note-se que, nestas áreas, os equipamentos educacionais públicos são menos adequados,

²³ Edward E. Telles. *Contato racial no Brasil urbano: análise da segregação residencial nos quarenta maiores centros urbanos do Brasil em 1980*, p.362

seja do ponto de vista da conservação dos prédios, seja da qualidade do ensino ministrada (1980. p.25).

A hipótese citada, mesmo não sendo uma linguagem comum no Brasil, devido à teoria de que no Brasil não tem racismo, mas que o processo de miscigenação se deu harmoniosamente, tem respaldo nas imagens visíveis a olho nu, nas "favelas" das grandes cidades brasileiras.

Este quadro de desigualdades perpassa de geração em geração desde a oficial abolição da escravatura em 1888, sem grandes ou ao menos significativas mudanças. Segundo o PNAD de 1999 uma pessoa branca chegava a ter 6,6 anos de escola enquanto que uma negra apenas quatro,4, numa taxa de 21% para negros de 15 anos ou mais e de 8,3 para pessoas brancas na mesma faixa etária. Porém, o problema se agrava quando do acesso à universidade, fase que praticamente define o campo de trabalho que o indivíduo terá pela frente, principalmente na faixa etária dos 25 anos.

Em outros estudos ainda se reforça a discriminação como meio da inacessibilidade a escola e ao mundo do trabalho. Silva nos remete a estes dados a partir do estudo de Ricardo Henrique quando vai afirmar que:

De fato, a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos. Apesar de a escolaridade de brancos e negros crescer de forma contínua ao longo do século, a diferença de 2,3 anos de estudo entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observa entre os pais desses jovens. E, de forma assustadoramente natural, 2,3 anos de estudo é

a diferença entre os avós desses jovens. Além de elevado, o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial na escolaridade entre brancos e negros, mantém –se perversamente estável entre as gerações. (2002.p. 26)

Esta estatística evidencia, os lugares sociais e funcionais que serão ocupados pelos jovens negros/as, de baixos salários e sem perspectiva de mobilidade social.

Também existem alguns fatores macrossociais responsáveis pela discriminação racial não só para com a criança negra, mas também a indígena, a portadora de necessidades educativas especiais e até a criança pobre que chega a escola com fome, sem lápis, sem caderno. Devido à expansão do ensino público nas últimas três décadas, em especial depois da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 que oficializou a democratização do ensino de 1º e 2º graus. Mediante estas mudanças drásticas, o sistema de ensino antes preparado para a classe média branca, se ver sem condições para atender com a mesma qualidade a toda essa demanda. E menos ainda preparada para “conviver com tantos e tantas diferentes”. Da até pra imaginar quem além do professor, na verdade das professoras levou a pior nesta situação?

Os paradigmas do ensino-aprendizagem continuaram apoiando-se em valores da classe média branca, enquanto que a formação dos professore e professoras não atingiam este padrão. Além da formação profissional, também não se tinha mais as mesmas condições, físicas, didáticas e pedagógicas. No Dossiê Raça Negra e Educação, segundo texto publicado 1980 essa realidade é apresentada da seguinte forma:

Outra era a situação de professoras de comunidades negras especialmente no Nordeste. Mulheres que atingiam um certo grau

de escolaridade_ não necessariamente o 2º grau, como previa a lei _ voltavam a seus locais de origem para ensinar em classes multisseriadas, tendo de dar conta não apenas de ensinar, mas de preparar a merenda, limpar a escola, a cozinha e preparar material e exercícios para que as crianças, em sua maioria negras, fossem realizando, enquanto elas se ocupavam de outros afazeres ligados ao cotidiano das pequenas escolas rurais (p.28).

Este contexto social desafia as condições pedagógicas e humanas, dos agentes educativos em muitos pontos do país. Porém, afeta de forma mais violenta as regiões mais pobres, e evidentemente, o Norte e o Nordeste do Brasil.

2.2 - A discriminação e a exclusão racial na escola

A criação da (SECAD) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade representa o caráter excludente histórico que teve no Brasil os sistema social e de ensino. No discurso do então ministro da educação, Tarso Genro²⁴ encontra-se a seguinte apresentação da SECAD:

O Brasil, ao longo de sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, *impedindo* que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecessem...”. A Constituição da SECAD traduz uma inovação institucional. Pela primeira vez, estão reunidos os programas de alfabetização e de educação de jovens e adultos, as coordenações de

²⁴ Tarso Genro – Ministro da Educação em 2005 – Fez a apresentação do MEC na publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

educação indígena, diversidade e inclusão educacional, educação no campo e educação ambiental. esta estrutura permite a articulação de programas de combate à discriminação racial e sexual com projetos de valorização da diversidade étnica. (GENRO, 2005).

Como podemos constatar nesta apresentação, a SECAD representa no Sistema Educacional, medida de inclusão dos diversos grupos e populações que vivem em situações de vulnerabilidade social. A SECAD é um instrumento de promoção da cidadania e de valorização da diversidade cultural, através do reconhecimento e da articulação dos saberes pedagógicos produzidos por estes povos, expressos nas mais diversas formas e lugares de produção cultural, afinal, diz Genro, *para democratizar a educação, é preciso mobilizar toda a sociedade* “.

Esta democratização do ensino é uma questão político-social, mas definida pela questão econômica num primeiro plano. A escola patrimônio das classes média e alta branca abre as portas à massificação e encampa o slogan “toda criança na escola”, mesmo que como já foi mencionado, pela mesma porta aberta também se vai a qualidade do ensino-aprendizagem e com o passar do tempo se ver obrigada a reparar danos históricos. Estes grupos “atendidos” pela SECAD são prejudicados economicamente.

Na questão da raça negra, no Brasil, não se pode restringir às medidas de inclusão do próprio MEC através da SECAD. Não é simplesmente uma questão de exclusão ou inclusão no sistema de ensino, mas de discriminação racista cotidiana de uma raça humana que foi e continua sendo desrespeitada em sua dignidade.

Essa discriminação dá-se devido à história de escravidão e a sucessiva negação proporcional da história do negro, enquanto africano e afro-descendente e brasileiro e de conseqüente empobrecimento. Portanto, enquadramento deste grupo étnico na classe empobrecida e marginalizada.

Não se pode em hipótese alguma como que relativizar este assunto igualando-a aos demais grupos que sofrem com a exclusão social. Silvia Humbold Lara²⁵ baseada em um historiador e militante negro norte-americano W.E.D. Do Bois afirma que esta é uma questão de cidadania histórica que permaneceu muito tempo isolada e cita o que ele estava a dizer em 1934 nos seguintes termos:

O drama mais espetacular dos últimos mil anos da história humana foi à deportação de dez milhões de seres humanos da beleza morena da sua terra natal para o recém-descoberto Eldorado do Oeste. Desceram ao inferno e, no terceiro século, ressuscitaram da morte, no maior esforço de conquista da democracia para milhões de trabalhadores que este mundo jamais viu. Foi uma tragédia que amesquinhou a da Grécia; uma convulsão na humanidade como a da Reforma e a da Revolução Francesa... apesar disso somos cegos, pois não percebemos nisto uma parte do nosso movimento operário, de nosso triunfo industrial, de nossa experiência religiosa(p.04).

Como na citação feita por Lara também o professor militante do movimento negro Henrique Cunha Jr. No artigo - O ensino da História Africana ²⁶ – reforça esta teoria e evoca a presença africana a cultura brasileira ao dizer nas suas considerações que:

A África é do outro lado da rua e nos falta coragem para atravessá-la... A presença africana no cotidiano histórico e na cultura

²⁵ Silvia Hunold Lara é pesquisadora do centro de Pesquisa em História Social da Cultura do IFCH, da Unicamp. Artigo – Novas Dimensões da experiência escrava no Brasil.

²⁶ Professor Henrique Cunha Junior. O ensino da História Africana-disponível em www.Histrianet.com.Br. Acesso em 09/06/07.

brasileira é imensa e nós temos limitações de compreendê-la devido às ausências de História Africana nas escolas, universidades e movimentos políticos. Mas a gravidade é maior, pois compõe parte da estrutura racista assimilada e introjetada pela população negra que ficou com medo da própria imagem não reivindicando o direito à nossa própria história(p.07).

Reforça ainda a compreensão de que a pobreza do negro é uma pobreza produzida, pois segue dizendo *“Meu bisavô na África foi arquiteto, meu avô construtor no Brasil colônia e hoje eu moro debaixo da ponte”* e comenta dizendo que: *“A nossa pobreza foi consequência de uma dominação escravista e racista que nos empobreceu sistematicamente nos dois lados do Atlântico.”* Este contexto de reflexões começa a fazer ver a população negra que além de sofrer as consequências da pobreza, esta é produto do racismo e ainda gera espaço para que se espalhe em atitudes comuns e corriqueiras nas ruas, praças, escolas, universidades etc...

Porém, dado à articulação e as lutas Movimento Negro organizado, baseado em estudos, pesquisas, assembléias e conferências como Durban²⁷ e suas reivindicações vai ser implantado o Programa Nacional de Ações Afirmativas²⁸ do

²⁷ Durban / África do Sul, onde foi realizada a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo; Discriminação racial, Xenofobia e Intolerâncias correlatas, com o tema “Unidos para combater o racismo: Igualdade, justiça e dignidade” no ano de 2001. Esteve presente o Secretário Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) Kofi Anan quando indicando consequências do racismo e o compromisso político dos governos fez a seguinte proposição: *“Em todo o mundo, minorias étnicas continuam a ser desproporcionalmente pobres, afetadas pelo desemprego e menos escolarizadas do que os grupos dominantes. Estão sub-representadas nas estruturas políticas e super-representadas nas prisões. Têm menos acesso a serviços de qualidade e, conseqüentemente menor expectativa de vida. Estas e outras formas de injustiça racial são a cruel realidade do nosso tempo, mas não precisam ser inevitáveis no nosso futuro”.*

²⁸ Ações afirmativas - Políticas públicas compensatórias voltadas para verter as tendências históricas que conferiram a grupos sociais uma posição de desvantagem, particularmente nas áreas da educação e do trabalho. No Brasil, nos últimos anos, muito se tem discutido a implantação de ações para proporcionar à população afro-brasileira (secularmente discriminada)

governo federal que consta de iniciativas e estratégias dos Ministérios da Cultura, da Justiça, do Trabalho e do Desenvolvimento Agrário e da Educação.

Efetivando este programa começa-se a construção do Plano Nacional de Ação Pós Durban, como ação concreta cria-se a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) em 21 de março de 2003, fortalecendo o "Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial" instituído pela ONU. Estas ações sociais e governamentais evidenciam, portanto a existência e as conseqüências do racismo e da discriminação na sociedade. A SEPPIR trabalha de um modo geral com a construção de uma política governamental voltada para os interesses da população negra e demais povos, ou etnias vítimas de discriminação e junto à comunidade internacional no sentido de buscar apoios nos eventos e ações comuns entre alguns países. A discriminação e a exclusão racial na escola tem seu berço nesta sociedade racista e discriminadora.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana aprovadas pelo MEC (Ministério da Educação) são desde já, uma prova nacional da existência da discriminação e exclusão étnico-racial no sistema escolar brasileiro. Revela faces históricas do preconceito e da discriminação racial quando objetivam, nas palavras de Tarso Genro *corrigir as injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro.*

Matilde Ribeiro²⁹ apresenta breve histórico do racismo excludente no Brasil no sistema educacional brasileiro. Segundo ela desde o período do Brasil Colônia, o Império e a República as leis tem caráter ativo e permissivo frente à discriminação

uma inserção efetiva em espaços como as universidades e setores do mercado de trabalho. (Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro- 2004)

²⁹ Matilde Ribeiro – Ministra Chefe da SEPPIR fez a apresentação da SEPPIR na publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

e ao racismo que atinge os/as afro-descendentes até os dias atuais. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que escravos eram proibidos de frequentar escolas pública e que as instruções para adultos negros dependia da disponibilidade de professores/as, já o nº7.031-A de seis de setembro de 1878, estabelecia que só no período noturno era que os negros podiam estudar.

Em 1988 com a nova Constituição Federal dá-se oficialmente outro tratamento a esta população, não pelas injustiças sofridas ou para reparar as perdas, mas por causa do próprio caráter democrático desta Constituição. Neste período, mesmo vivendo em uma sociedade de classes vamos ter praticamente para com o africano o sistema de castas, pois se considerarmos a educação como espaço de cidadania e de ascensão social vai-se ter uma escola inacessível por efetivamente cinco séculos.

Ribeiro reforça a necessidade de políticas específicas para a população negra desde a Educação Infantil o Ensino Fundamental até a Universidade. Traz os seguintes dados ilustrativos desta situação de desigualdade entre brancos e negros na educação:

Pessoas negras tem menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação. (2005 op. Cit p07.).

E Matilde, continua fazendo memória à criação da SEPPIR pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e da Lei 10.639/03-MEC que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996, que institui a obrigatoriedade do ensino da

História da África e dos africanos no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio.

2.3 - A importância da escola para a sociedade

Toda a formação acadêmica é sistematizada pela escola e este conhecimento produzido torna-se forma de poder. Os conteúdos veiculados por meio dela são oficialmente importantes e, portanto os negados automaticamente minimizados em seu valor social. Conhecedores da obrigatoriedade e necessidades sociais e humanas da educação vimos aprofundar essa idéia com a reflexão do Gimeno Sacristán e Perez Gómez que vão dizer:

A educação, num sentido amplo, cumpre uma iniludível função de socialização, desde que a configuração social da espécie se transforma em um fator decisivo de humanização e em especial da humanização do homem. (1998 p. 13).

Também é um dos principais instrumentos de transmissão e socialização dos conhecimentos já produzidos e que não são transferidos geneticamente, ou seja,

A espécie humana, constituída biologicamente como tal, elabora instrumentos, artefatos, costumes, normas, códigos de comunicação e convivência como mecanismos imprescindíveis para a sobrevivência dos grupos e da espécie. Paralelamente, e posto que as aquisições adaptativas da espécie às peculiaridades do meio não se fixam biologicamente nem se transmitem através da herança genética, os grupos humanos põem em andamento mecanismos e sistemas externos de

transmissão para garantir a sobrevivência nas novas gerações de suas conquistas históricas. Este processo por parte das novas gerações das conquistas sociais -processo de socialização- costuma denominar-se genericamente como processo de educação. (Gómez, 1998. p.13).

As práticas, técnicas e métodos educativos surgiram com as sociedades primitivas. Sempre com a preocupação de não deixar-se perder os conhecimentos já adquiridos e de educar os jovens de forma a garantir a continuidade da cultura. A princípio essa educação acontece na convivência da criança e do jovem na própria família, grupo, clã, tribo etc, depois surgem pessoas e grupos que se especializam no processo de condução desta educação ou socialização que são os tutores, preceptores, pedagogos e as instituições acadêmicas e escolares, responsáveis pela divulgação de conhecimento para toda a população. Destaca-se no campo da filosofia, por exemplo, os sofistas, que assumem postura de professores do conhecimento cobrando taxas referentes ao seu trabalho de ensino.

As práticas educativas evoluem concomitantemente às sociedades e a complexidade de suas estruturas e funções. Para Gómez, na sociedade industrial e contemporânea "a preparação das novas gerações para sua participação no mundo do trabalho e na vida pública requer a intervenção de instâncias específicas como a escola, cuja peculiar função é atender e canalizar o processo de socialização".

A função da escola, concebida como instituição especificamente configurada para desenvolver o processo de socialização das novas gerações aparece puramente conservadora: garantir a reprodução social e cultural como requisito para a sobrevivência mesma da sociedade.(Gómez, 1998 p.14).

A escola como instância educativa delegada, cumpre com esta função de reproduzir a cultura social juntamente as instâncias naturais. Ela, com seus métodos, técnicas, conceitos e conteúdos curriculares forma continuamente a nova geração a partir da cultura e das ideologias das quais é constituída.

A escola, com seus conteúdos, por suas formas e por seus sistemas de organização, introduz nos alunos/as, paulatina, mas progressivamente, as idéias, os conhecimentos, as concepções, as disposições e os modos de conduta que a sociedade adulta requer. Dessa forma, contribui decisivamente para a interiorização das idéias, dos valores das normas da comunidade, de maneira que mediante este processo de socialização prolongado a sociedade industrial possa substituir os mecanismos de controle externo da conduta por disposições mais ou menos aceitas de autocontrole.(Gómez, 1998 p.14).

Existe dialeticamente a dimensão dinâmica, política, que faz acontecer à mudança, a renovação e a reconstrução a partir das construções anteriores. Desde o funcionalismo de Durkheim e o estruturalismo de Althusser até as análises de Foucault e a teoria da correspondência de Bowles e Gintis, consideram que:

A escola é uma trama de relações sociais, materiais que organizam a experiência cotidiana e pessoal do aluno/a com a mesma força ou mais que as relações de produção podem organizar as do operário na oficina ou as do pequeno produtor no mercado. Porque então

continuar olhando o espaço escolar como se nele não houvesse outra coisa em que se fixar além das idéias que se transmitem?. (Fernández Enguita, 1990b, p.152 IN Gómez, 1998p. 17).

Este processo de socialização e politização realizado pela escola se concretiza nos conteúdos curriculares e nas relações sociais por ela estabelecida, com suas respectivas representações sociais através dos componentes técnicos e pedagógicos constitutivos de uma unidade escolar.

2.4 - A negação da História da África nos conteúdos e perspectivas de ensino

A perspectiva do ensino como transmissão cultural baseia-se na compreensão de que a humanidade no decorrer da História produziu vários conhecimentos que devem ser transmitidos às novas gerações. A estas caberiam, portanto a tarefa de aprofundá-los, aperfeiçoá-los e transmiti-los às futuras gerações. A escola foi usada, portanto para esta atividade de sistematizar os conhecimentos em áreas disciplinares aprofundá-los e transmiti-los às novas gerações. No caso da história da África e dos africanos ela limitou-se a negar e a dar a interpretação europeia às informações.

No tocante a História da África não houve preocupação em incluir todo o acervo histórico e cultural deste continente no currículo escolar, de modo que esta ação vem reforçar a premissa que o Africano não tem cultura, não tem conhecimento.

Este modelo se enfraquece por não proporcionar o envolvimento do aluno/a fazendo ligação dos conhecimentos prévios com os conhecimentos sistematizados pela escola. Este modelo é caracterizado por exigir mais habilidades de memorização dos conhecimentos programados para cada disciplina e para cada série. Atualmente não mais se concebe na educação a

aplicabilidade de forma completa e fechada da prática tradicional de ensino na sala de aula.

Nesta fase de transição de paradigmas sociais que estamos vivenciando, buscase o aperfeiçoamento de uma nova prática, esta, com direcionamento pedagógico que faz compreender como se dá processo ensino-aprendizagem. O conhecimento passa a ser valorizado não mais em si mesmo, mas a partir da sua interpretação pessoal e da possibilidade de aplicação no cotidiano.

Para que isto aconteça de fato, faz-se necessário o desenvolvimento das competências do pensar a partir do conhecimento já construindo por cada aluno/a e dos novos que vão sendo introduzidos e discutidos no currículo. A prática mediadora do professor/a é fundamental neste processo, é ela que ao mesmo tempo em que considera os conhecimentos anteriores introduz novos conteúdos disciplinares e através do diálogo, de comunicação, de questionamentos, faz o aluno/a pensar, argumentar e automaticamente gerar novos conhecimentos construídos com criatividade e autenticidade. No caso, criar espaços para a reflexão étnico-multirracial³⁰.

Esta prática pedagógica é construtiva, pois proporciona o desenvolvimento intelectual e também emocional do aluno/a, transformando-o em um sujeito pensante, em uma pessoa autônoma, conhecedora das próprias capacidades cognitivas e afetivas, capaz de construir e reconstruir conceitos, habilidades, atitudes, valores e desconstruir preconceitos etc.

A partir desta prática mediadora e de um conhecimento novo, pensado, elaborado conscientemente e ao mesmo tempo para facilitar a efetuação desta prática mediadora e da construção de um conhecimento novo, pensado, elaborado conscientemente ao mesmo tempo para facilitar a efetuação desta prática, faz-se

³⁰ Multirracial - É um termo abrangente, sugerindo pluralidade de heranças por várias gerações. "Na realidade brasileira, podem ser encontrados indivíduos negros, brancos, asiáticos, indígenas. A maior parte da população, sem a menor dúvida, resulta de mestiçagens várias de todos os grupos entre si, em maior ou menor grau". (Almanaque pedagógico afrobrasileiro – 2004)

necessário e, até certo ponto torna-se imprescindível, uma organização interdisciplinar em toda a escola.

A pluridisciplinaridade tradicional é uma barreira a este novo jeito de construção do conhecimento exatamente por fragmentá-lo reduzindo-o a disciplinas fechadas e isoladas, trabalhando individualmente e de forma estagnada muitas vezes, esta estrutura explica como pode ficar fora do currículo por tanto tempo a História do continente africano.

O objetivo da interdisciplinaridade é superar a especialização excessiva e incorporar os resultados das várias especialidades, integrando-os entre si, ligando a teoria à prática e produzindo, portanto, um conhecimento pertinente, aplicável. Como toda e qualquer prática pedagógica é antes uma prática humana também a interdisciplinaridade requer atitudes humanas de interação, proximidade, integração entre os próprios professores/as das diversas disciplinas, com os mais variados desafios como; dificuldade de leitura indisciplina, discriminação.

Seguida de uma efetiva atitude interdisciplinar dos professores, surge uma nova organização escolar burocrática, administrativa e pedagógica que se expressa na elaboração coletiva do projeto pedagógico e organização e gestão de toda a escola. A interdisciplinaridade não visa extinguir a especificidade das disciplinas ou áreas do conhecimento, mas busca viabilizar a integração das mesmas também através da prática curricular dando ênfase ao trabalho conjunto com: projetos, temas geradores, problemas sociais, temas transversais sugeridos pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) dentre outras possibilidades.

A educação não deveria canalizar todas as suas preocupações formativas para a formação de cidadãos/ãs interessados/as e dispostos/as a assumirem a sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária? No entanto, frente ao individualismo e demais características pós-modernas da sociedade tudo poderá ser abandonado mais ou menos ao acaso e os interesses educativos podem voltar-se completamente para a satisfação das necessidades individuais do desenvolvimento da razão instrumental.

3 - O CONTEXTO CURRICULAR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10639/03

O currículo não é constituído de conhecimentos válidos,
mas de conhecimentos considerados
socialmente válidos.

Tomáz Tadeu da Silva

3.1 – Reflexões sobre a construção social do currículo

Os currículos encontram ainda boa sustentação no discurso científico da modernidade, com seus conhecimentos tomados como um saber objetivo, indiscutível, por outro lado sente a pressão de vários setores da sociedade que esta em constante mudança. O sistema educacional tem apenas multiplicado as matérias, o que é uma aposta perdida de antemão, já que o crescimento exponencial dos saberes torna totalmente impossível sua aquisição em uma determinada etapa da vida.

Fica-nos o questionamento sobre que tipo de currículo devemos ter na escola para enfrentar esse desafio? De quais características da modernidade, e do currículo moderno devemos livrar-nos a fim de fazer com que a escola consiga se alinhar aos novos tempos? O que conservar? Quais modismos evitar? Quais valores, práticas e identidades são, em princípio, dignos de respeito e por quê? Como implantar uma educação com postura anti-racista³¹.

Para Silva (1996) *“numa era de uma proclamada e inevitável globalização, é importante retomar uma visão que coloque no centro de nossas preocupações teóricas e políticas as relações de poder e desigualdade entre diferentes povos e*

³¹ Anti-racismo - Termo que designa um movimento de rejeição consciente ao racismo e suas manifestações. (Almanaque pedagógico afrobrasileiro – 2004)

nações". Com esta premissa podemos entender o ambiente do currículo escolar como sendo instrumento político em função deste mesmo contexto.

E continua esta reflexão sendo mais taxativo. Sendo insuficiente a compreensão das relações de exploração econômica entre os diferentes países "da ordem mundial" o autor ressalta a importância da compreensão das relações de construção simbólica da dominação e da subordinação, instâncias basilares onde *"grupos e nações se constroem como superiores e constroem a outros como inferiores"* (p.204).

E continua afirmando que *"nesse contexto, torna-se crucial examinar as formas e os regimes de representação e de discursos pelos quais o "outro" foi e continua sendo social e historicamente construído como objeto de um olhar imperialista e colonial"*(p.204).

As relações de poder perpassam vários eixos. Afirma Silva, citando um ensaio de Michael Apple que:

Além das relações de classe, objeto convencional da teorização crítica de inclinação marxista, ganham importância, em termos teóricos e políticos, as relações de imperialismo e dominação entre nações, as relações de subordinação e subjugação entre raças e etnias, as relações assimétricas entre gêneros... o que caracteriza essa perspectiva não é simplesmente a ênfase nas múltiplas diferenças entre os indivíduos e os grupos sociais, como querem certas conclusões apressadas, mas a noção de que a diferença não é um fato da natureza e sim um produto social, construído no contexto de relações sociais de poder."(p.203)".

A teoria das relações de dominação, de imperialismo entre as nações, citada, se aplica ao caso brasileiro de domínio do africano. Nessa compreensão pode se afirmar que, assim como as diferenças sociais não são naturais, mas socialmente construídas, da mesma forma o preconceito para com a raça negra no Brasil e nos que os usaram no sistema de produção através da escravidão.

No mesmo ensaio de Apple, o referido autor, chama a atenção para dois eixos das relações de poder além do eixo das relações de classe *"definidas por relações econômicas de exploração entre capitalistas e trabalhadores"*. O autor refere-se aos seguintes eixos:

... das relações de desigualdade e dominação entre nações e o das relações de subjugação e subordinação entre" raças "e etnias... os fatos sociais não podem ser vistos de forma isolada: o privilégio e o conforto de certos indivíduos grupos e nações está indissociavelmente ligado à privação e ao sofrimento de outros indivíduos, outros grupos e outras nações. (p.204)

Este processo de subordinação e subjugação das raças e etnias perpassa todas as instâncias da sociedade. A partir destes pressupostos voltamos a reflexão sobre o currículo escolar, questionando sobre sua participação nesta construção social e radicação destas formas de poder na escola.

Nesta perspectiva curricular questionar, por exemplo, o fato de que:

Poderíamos aproveitar a aproximação dos 500 anos da" descoberta "do país para discutir não apenas nossa condição de nação subordinada num contexto pós-colonial, mas também as

relações internas entre os diferentes grupos sociais separados por origem nacional, cor da pele ou tradição cultural. Talvez seja uma boa ocasião para nos perguntarmos em que medida o currículo não carrega as marcas de nosso passado colonial, produzindo e reproduzindo certas noções sobre "raça", por exemplo. Não seria essa uma boa oportunidade para criar um "pequeno espaço no currículo para pensar sobre as implicações de cinco séculos de imperialismo global.(p.204)

Essa discussão deveria superar o ambiente das meras noções de discriminação e preconceitos, que individualizam as responsabilidades, e abranger outros níveis de reflexão como o social e a imposição do sistema das classes detentoras do poder político e econômico.

O currículo passa por estas trilhas e se constrói por meio delas. É uma discussão que deve ultrapassar as noções de preconceitos e de discriminação. É necessária uma compreensão segundo Tomaz Tadeu "*de que o preconceito e a discriminação não constituem apenas um desvio ou uma patologia individual ou psicológica*" e continua "*dependem de categorias e classificações que estão profundamente inscritas na história e no tecido social.*

Estes aspectos se constituem como terreno favorável para uma teoria e uma prática educacionais críticas. Ou seja, deve ser um objetivo principal da prática pedagógica a própria discussão e o questionamento sobre as relações sociais e históricas que constroem as atuais divisões sociais e excludentes. Afirma ainda que:

É essa compreensão de que a Pedagogia e o currículo estão envolvidos em complexos e importantes processos formativos e produtivos implicados na produção e reprodução das

divisões sociais que dá à educação seu caráter inevitavelmente político. (p.205)

Aos educadores e educadoras cabe o papel de *“estender a idéia de formação e produção aos processos formativos mais amplos pelos quais as identidades sociais são forjadas e as divisões, exclusões e separações são criadas e perpetuadas”*, e como insiste o autor, utilizar esta oportunidade para *“projetar estratégias que possam desestabilizar esses processos”* curriculares.

Sendo evidente que o currículo corporifica em sua base um “conhecimento oficial” com representações e significados dos grupos dominantes, abrem-se espaços para um contra projeto que contemple os grupos desfavorecidos e prejudicados pedagogicamente.

Um elemento didático a ser bastante explorado são as datas comemorativas, que ilustram o processo de colonização do currículo. Propõe-se a interrupção, subversão e desestabilização dos significados e representações envolvidos nas “datas comemorativas comemoradas”. Sobre esta questão pode-se ver a seguinte afirmação:

Uma estratégias de descolonização poderia começar, por exemplo, por interromper, subverter e desestabilizar os significados e representações envolvidos nas chamadas datas comemorativas, um elemento tão visível e onipresente em nossa paisagem escolar e curricular: o dia do Índio, o dia do Negro, o dia da Mulher, o dia do imigrante, a semana da pátria, sem esquecer, obviamente, no caso do estado do Rio grande do Sul , as datas relacionadas à exaltação do gaúcho. De certa forma, essas datas e as atividades que lhes

acompanham sintetizam as perspectivas e as visões dos grupos dominantes sobre as relações sociais (p.208).

A desarticulação dessas datas no currículo é importante para que se faça um processo de respeito e de inclusão por critérios de igualdade e não de subalternidade. Corriqueiramente se faz com um olhar imperialista, de cima para baixo, mesmo sob uma máscara multicultural.

É perceptível nas datas comemorativas do currículo escolar, sob um olhar crítico aprofundado que:

Nessas celebrações aparentemente inocentes, o "outro" é voyeuristicamente visitado e fetichisticamente fixado. Ele é objetificado, consumido e tornado exótico. Trata-se de um processo em que apenas os significados recebidos e oficiais sobre raça, gênero, classe, sexo e nação tem chance de circular, sem nenhuma oportunidade para significados alternativos ou de oposição(p.208).

Nesta posição, quando o outro é olhado de cima para baixo e como objeto exótico não se cria ambiente reflexivo, tão pouco inclusivo ou político pedagógico. Ou ainda o contrário também é verdadeiro. As celebrações patrióticas e dos heróis da história "devem" ser olhadas em "posição de hasteamento de bandeiras" e ao cântico de hinos.

Este não é mais um currículo que é auto-sustentável na sociedade contemporânea. Quando a escola não se atualiza por si mesma passa a ser coagida, pelas mudanças da sociedade. Neste ponto é importante que:

Uma estratégia para o currículo crítico deveria também se centrar nas questões e nos problemas do nosso tempo: AIDS, pobreza, alienação e drogas, machismo e violência, ódio e racismo, homofobia e sexismo, ganância e destruição ambiental, exclusão repressão. Um currículo crítico não pode passar ao largo das preocupações e vivências centrais das crianças e jovens deste tempo. Descolonizar o currículo também torná-lo relevante para a vida social dessa conturbada época(p.209).

Esta vai ser o caso do surgimento da Lei 10639/03 que obriga o ensino da História da África e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares.

Neste espaço é que se consolida a proposta da lei 10639/03 no currículo. Uma vez que o currículo negligenciou o ensino da história deste continente ao longo dos cinco séculos de colonização.

3.2 - A aplicabilidade da Lei 10639/03, a produção de novas identidades e novas subjetividades

O relatório do Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno /DF das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, de 10 de março de 2004, traz as alterações à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação nacional na tentativa de assegurar o direito à igualdade de condições e vida e de cidadania, assim como garantir direitos iguais às culturas e histórias que compõem a nação brasileira.

Após as questões introdutórias trata das políticas de reparações, de reconhecimento e valorização de Ações afirmativas. Estabelece como dever do Estado a promoção e o incentivo de políticas de reparações baseado na

Constituição Federal, Art 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão/a ou profissional. Nas palavras de Gonçalves e Silva (2004):³²

Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agravava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundos em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados(p.11).

As políticas de reparação para com a comunidade afro-brasileira necessitam do apoio por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos. Lista-se em seguida alguns reconhecimentos importantes para a reconstrução da identidade negra no Brasil.

De forma resumida o reconhecimento, apontado no relatório, implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos; mudança de discurso, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras; requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade; exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam o negro e salientam estereótipos depreciativos; exige a valorização, divulgação e respeito aos processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos/as escravizados/as no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade.

³² Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva: relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana

Este aspecto do reconhecimento também perpassa questões delicadas como a exigência da valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Este aspecto *"significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação"* a saber: *"apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana."*

Ainda o reconhecimento exige, boas condições físicas e ambientais para os estabelecimentos de ensino e professores/as qualificados/as e dispostos/as ao trabalho com a educação de negros e brancos.

Os programas de ações afirmativas são formados pelas políticas de reparação e de reconhecimento. Estes correspondem, (segundo a lei) a um:

Conjunto de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vista a corrigir desvantagens a marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória(p.12).

Partindo deste pressuposto, as orientações que justificam e fundamentam as determinações de caráter normativo seguem sob o título *"educação das relações étnico-raciais"*.

Uma primeira preocupação relatada é sobre os significados e ressignificados dos termos *raça, étnico-racial, negro* e, em seguida, elencam-se alguns equívocos a serem desfeitos para a construção das novas pedagogias.

O termo *raça*³³ é entendido como uma construção social no movimento entre brancos e negros, porém com a resignificação do movimento negro, passa a ser utilizado "com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos" relacionando-o assim a terminologia de etnia, ou étnico-racial³⁴. Sobre a realidade pós-escravidão entende-se que "se não é fácil ser descendente de seres humanos escravizados e forçados à condição de objetos utilitários ou a semoventes", completa, "também é difícil descobrir-se descendente dos escravizadores, temer, embora veladamente, revanche dos que, por cinco séculos, têm sido desprezados e massacrados."

Continua dizendo que "parar educar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados" e ainda que "é preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade imposta a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente."(p.14).

Quanto a esta relação que remonta à escravidão traz uma citação de Franz Fanam³⁵ (1979) quando ele diz que:

Os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não têm, hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. No entanto

³³ Raça – "É importante destacar que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes, simuladas como harmoniosas nada tendo a ver com o conceito biológico de raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor da pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira". (p13) in:Relatório das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana – 2004:

³⁴ Étnico-racial- "É importante, também, explicar que utilização do termo étnico na expressão étnico-racial, serve para arcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor a pele e traços fisionômicos o as também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, européia e asiática(P.13) in:Relatório das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana – 2004:

³⁵ FRNTZ, Fanon. Os condenados da terra. 2. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1979.

têm eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que vêm sendo mantidos à margem, os negros construir relações raciais e sociais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos cidadãos. Não fossem por estas razões, eles teriam de assumir, pelo fato de usufruírem do muito que o trabalho escravo possibilitou ao país (p.14).

Esta história de escravidão e de negação das identidades negra e afro, não pode, de maneira alguma, ser negada ou minimizada em seus significados e conseqüências.

O combate ao racismo, o trabalho pelo fim das desigualdades sociais e raciais e a reeducação das relações étnico-raciais não são exclusivamente função da escola, pelo simples fato de que não é a escola que gera, o racismo ou o preconceito racial³⁶, e os estereótipos. Porém por estes perpassarem seus bancos e currículos, e serem em muitos casos por ela fortalecidos, deve empenhar-se neste trabalho, através da reflexão da própria prática.

Os equívocos, a serem superados para a construção dessa nova Pedagogia, apontados no relatório referem-se: aos professores/as e suas dificuldades em lidar com esta temática; aos negros que “se autodiscriminam”; ao movimento negro como “único” responsável pelo debate da questão racial e ao mito da democracia racial.

³⁶ Preconceito racial - Conjunto de valores e crenças estereotipadas que levam um indivíduo ou um grupo a alimentar opiniões negativas a respeito de outro, com base em informações incorretas, incompletas ou por idéias preconcebidas. É a forma mais comum, a mais freqüente de expressão de racismo. (Almanaque pedagógico afrobrasileiro – 2004)

Um primeiro equívoco “*diz respeito à preocupação de professores no sentido de designar ou não seus alunos negros³⁷ como negros ou como pretos, sem ofensas*”. Para esta reflexão é necessário que se considere que as dificuldades dos professores/as são as dificuldades próprias a uma forma de compreender o ser negro e de toda a complexidade que envolve o processo de construção desta identidade no Brasil. Pois este processo passa tanto pela desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos afrodescendentes.

Pois “*ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define*”. Analisando esta afirmação podemos dizer que é também uma questão de conhecimento da própria história e dos próprios valores, do contrário não é nada interessante e chega a ser constrangedor declarar-se negro ou negra neste país.

Um outro equívoco a ser enfrentado é o de que “*os negros se discriminam entre si e que são racistas também*”. Porém, a questão não é tão simples assim. Como se expressa nas palavras da própria relatora:

Esta constatação tem de ser analisada no âmbito da ideologia do branqueamento que divulga a idéia e sentimento de que as pessoas brancas seriam mais humanas, teriam inteligência superior e, por isso teriam o direito de comandar e de dizer o que é bom para todos...no pós-abolição, foram formuladas políticas que visavam branqueamento da

³⁷ Negro - É preciso lembrar que o termo negro começou a ser usado pelos senhores para designar pejorativamente os escravizados e este sentido negativo da palavra se estende até hoje. Contudo, Movimento negro resignificou este termo dando-lhe um sentido político e positivo. Lembremos os motes muito utilizados no final dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1980, 1990: Negro é lindo! Negra, cor da raça brasileira! Negro que te quero negro! 100% Negro! Não deixe passar em branco! Este último utilizado na campanha do censo de 1990. in: Relatório das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana – 2004:

população pela eliminação simbólica e material da presença dos negros (p.16).

Nesse contexto é evidente de onde brota os comportamentos racistas dos próprios negros. É certo que se queira negar as características e identificações com a raça negra e, portanto que se reproduza comportamento racistas sem auto aceitação.

Um terceiro equívoco “*á a crença de que a discussão sobre a questão racial se limita ao Movimento Negro e a estudiosos do tema e não à escola.*” Nesta questão vai –se retomar uma discussão anteriormente abordada. Se a escola é instituição social e se a sociedade na qual esta inserida é racista, não só esta se torna vítima como reproduz o racismo, de forma que, tem também a obrigação de com a sociedade entrar na discussão do combate a esta prática racista social. até porque” *o racismo, segundo o Artigo 5º da Constituição Brasileira, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive à escola.*”

O outro equívoco “*é o de que o racismo, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento*³⁸ *só atingem o negro*”. Mas, como afirma Gonçalves e Silva:

Enquanto processos estruturantes e constituintes da formação histórica e social brasileira, este estão arraigados no imaginário social e atingem negros, brancos e outros grupos étnico-raciais. As formas, os níveis e os resultados desses processos incidem de

³⁸ Ideologia do branqueamento - Conjunto de idéias que defendiam a miscigenação, com o objetivo de, por intermédio dos casamentos inter-raciais, transformar o Brasil em um país branco e, conseqüentemente, promover um processo de extinção da raça negra. Esta ideologia teve grande aceitação pelas elites brasileiras, de 1870 a 1930. Transformar o Brasil, que era negro e mestiço, em um país branco foi um projeto implementado seriamente pelos cientistas e políticos daquela época.

maneira diferente sobre os diversos sujeitos e interpõem diferentes dificuldades nas suas trajetórias de vida escolar e social. por isso, a construção de estratégias educacionais que visem ao combate do racismo é uma tarefa de todos os educadores, independentemente do seu pertencimento étnico-racial(p.16).

Como afirmamos acima, o processo de arraigamento do racismo perpassa todos os níveis, classe, grupos e etnias. Para isso fazem-se necessárias novas práticas pedagógicas, que fortaleça entre os negros/as e desperte entre os brancos/as a consciência negra. Estas novas Pedagogias devem apontar para um novo rumo de forma que:

Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, e de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras (GONÇALVES E SILVA, 2004 p.16)

Os autores supra citados ressaltam que trabalhar com toda essa diversidade que é a população há necessidade de uma formação sólida e específica para os professores e professoras, que implementarão este projeto nas escolas do país.

A seguir o relatório traz uma breve fundamentação sob aspecto de determinação para a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (abordadas anteriormente) e, posteriormente, lista os princípios pertinentes às bases filosóficas e pedagógicas para as ações do sistema de ensino, para os estabelecimentos e os professores nos seguintes subtemas: *consciência política e histórica da diversidade;*

fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e a discriminações; obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras, Educação das Relações Étnico-Raciais e os Conselhos de Educação.

Conclui-se com o voto unânime do Conselho Pleno, após elencar o desrespeito aos direitos de: *não sofrer discriminações por ser descendente de africanos; de ter reconhecida a decisiva participação de seus antepassados e da sua própria na construção da nação brasileira; e o de ter reconhecida sua cultura nas diferentes matrizes de raiz africana* e as devidas conseqüências do desrespeito desses direitos constatadas em todo o documento.

Sendo uma Lei com raízes no Movimento Negro no meio do povo, torna-se muito significativa a sua aprovação nas instâncias governamentais, porque vem como que forçar até violar a “grade” ou seja, a estrutura curricular oficial determinada pela classes dominantes durante os últimos cinco séculos no nosso sistema nacional de ensino. Por outro lado, tendo sua base e motivação primeira no ambiente popular, logo para que se efetive necessitará da atuação de militantes destes mesmos grupos da sociedade civil.

Por este motivo pesquisamos o conhecimento dos professores sobre a Lei 10639/03 e as práticas pedagógicas anti-racistas baseadas nos princípios definidos nas bases filosóficas do próprio Movimento Negro e de estude da área como os que seguem: ³⁹

- a questão racial como conteúdo multidisciplinar Durante o ano letivo;
- reconhecimento e valorização das contribuições reais do povo negro à nação brasileira;
- a conexão entre as situações de diversidade com a vida cotidiana nas salas de aula;
- combate às posturas etnocêntricas para a desconstrução de estereótipo e preconceitos atribuídas ao grupo negro;

³⁹ ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro. Belo Horizonte: NZINGA/ Mazza ed. 2004.

- a história do povo negro, a cultura, a situação de sua marginalização e seus reflexos incorporados como conteúdos do currículo escolar;
- extinção do uso de material pedagógico contendo imagens estereotipadas do negro, com repúdio as atitudes preconceituosas e discriminatórias;
- uma maior atenção à expressão verbal escolar cotidiana;
- a construção coletiva de alternativas pedagógicas com suporte de recursos didáticos adequados;

Este processo de mudanças e de abertura da escola para a implementação de um currículo, que atenda situações emergentes na sociedade não é um processo simples nem tampouco fácil, porém em pleno século XXI quando surge uma série destas questões relativas a vários grupos como os portadores/as de necessidades educativas especiais, por exemplo, torna-se inevitável a negação destas discussões. Constitui-se também como mais uma forma de resistência negra⁴⁰.

⁴⁰ Resistência negra - Diversas atitudes e manifestações de rebeldia do povo negro ante a violência do escravismo. Fugas, suicídios, escravismos, insurreições, organização de quilombos e preservação de sua cultura de origem foram formas de resistir e lutar. O povo negro nunca foi resignado. Sempre resistiu à situação de escravizado. As variadas organizações negras que surgem por todo o território brasileiro são as mais expressivas manifestações de resistência do povo negro na atualidade. Intelectuais e trabalhadores, pesquisadores e sindicalistas, grupos culturais, religiosos e sacerdotes do candomblé, jovens da periferia e universitários e a força das mulheres negras espalhadas por todos estes movimentos impulsionam à luta anti-racismo. A exemplo dos ancestrais escravizados, negros brasileiros vêm tecendo uma história de preservação da dignidade de seu povo. (Almanaque pedagógico afrobrasileiro – 2004)

4- CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO

4.1 - Caracterização da Escola campo de Estágio e pesquisa

Este trabalho de investigação sobre a questão racial foi realizado na Escola Profissional Monte Carmelo que tem o seguinte diagnóstico panorâmico:

1. Dados de Identificação

A Escola Profissional Monte Carmelo, fica à Rua Vicente Bezerra, 01 Bairro, Esperança, na zona urbana do Município de Cajazeiras - PB. Atende crianças, adolescentes, jovens e adultos do próprio bairro da Esperança e de outros bairros da cidade, não sendo necessário, portanto, o deslocamento destes para a escola através de transporte coletivo e/ou outros. A maioria do seu alunado reside no mesmo bairro e os demais bairros próximos da escola.

Os meios de comunicação da escola são o telefone, o rádio e a televisão. O bairro da Esperança onde está localizada a escola dispõe de serviços comunitários como: posto de saúde, serviço da Patrulha Escolar que consiste em visitas regulares da polícia a unidade de ensino e à Escola Municipal de educação Básica Cristiano Cartaxo.

A atividade econômica é baseada no comércio, em mercearias no próprio bairro e com vendas ambulantes. A infra-estrutura é satisfatória, a iluminação, o abastecimento de água, a rede de esgoto e a coleta de lixo ocorrem regularmente na maior parte do bairro. Um dos eventos mais marcantes do bairro é a encenação da Paixão de Cristo, que acontece com jovens da comunidade, na Escola Profissional Monte Carmelo, considerado atualmente pelo calendário de eventos da cidade, por atrair um grande número de pessoas.

2. Histórico

Segundo escrito da diretora da escola, a Escola Profissional Monte Carmelo foi fundada há 56 anos, pelo bispo Dom Luiz de Amaral Mousinho e pela Madre Carmelita de Jesus, com o objetivo de promover crianças, adolescentes e jovens

através de uma educação de qualidade aproveitando também o espaço escolar para uma educação religiosa que leve os seus egressos a uma prática cristã. A escola, através de sua primeira diretora, a Me. Carmelita, ministrava cursos profissionalizantes diversos com a finalidade de melhorar as condições de vida das jovens, lançando-as assim no mercado de trabalho artesanal no desejo de que estas, além do aprendizado alfabético pudessem também desenvolver suas habilidades artísticas e aumentar a renda familiar suavizando assim as condições de pobreza precária da época.

Foi inaugurada em 15 de fevereiro de 1951 sob a direção das Irmãs Missionárias Carmelitas, sendo a primeira diretora a Madre Carmelita. No início ministrava-se os seguintes cursos: culinária, corte e costura, bordado a mão e máquina, curso de datilografia, copeiragem, flores, pintura, arte decorativa e o curso primário.

Todos os cursos eram oferecidos gratuitamente a jovens reconhecidamente pobres. Inicialmente, funcionava no *Círculo Operário*, com o passar do tempo, as instalações foram se tornando insuficientes, para a realização de uma educação de qualidade.

Em 1960, a congregação das Irmãs Missionárias Carmelitas iniciou a construção do prédio atual da Escola Profissional Monte Carmelo situada à rua Vicente Bezerra, Bairro da Esperança. Em 1980, a congregação firmou convênio com o Governo do Estado para melhor garantir o seu funcionamento.

3. Estrutura Administrativa e Organizacional

O processo de tomada de decisões e de comunicação, entre os diferentes segmentos da comunidade escolar, dá-se de forma democrática e participativa.

Os segmentos externos, organizados e presentes da comunidade são o Grupo de Teatro e Dança Madre Carmelita que trabalha como amigos da escola e voluntários e os pais e mães dos alunos bem como vizinhos/as que participam do

conselho escolar e de outras atividades como as festas juninas, a gincana cultural anual.

As relações entre os diferentes segmentos da comunidade escolar são de um modo geral harmoniosas com alguns conflitos apenas em relação à participação das professoras dos departamentos semanais na escola.

Os recursos financeiros são do FUNDEF, através do PDDE (Programa Dinheiro Direto Na Escola). Estes recursos enviados a escola a cada final do ano em uma única parcela de 1500,00 reais para ser investido nas necessidades mais urgentes da escola e na compra de material de expediente de secretaria e limpeza. E do programa da Merenda Escolar que distribuído em quatro parcelas durante ano para a compra da merenda escolar.

A escola dispõe apenas do ensino da Educação Infantil, da Primeira Fase da Educação Básica e da EJA (Educação de Jovens e Adultos). O quadro de professoras da escola consta de efetivas cedidas de outras escolas (Desembargador Boto e Victor Jurema), pró-tempores e contratadas do Governo do Estado da Paraíba. Essa situação foi resultado do Plano de Cargos e Carreiras do Governo Estadual atual, pois sendo esta Escola, conveniada com o Estado e não de direito estadual, as professoras efetivas que aqui permanecessem perderiam o direito de usufruir do Plano. Assim sendo, as professoras efetivas tiveram que ser transferidas para garantir o que lhe é de direito.

4. Proposta Pedagógica

Os principais documentos norteadores da escola são: Projeto Político Pedagógico; Plano de Ação da Escola, Estatuto da Escola ou Regimento Escolar e as Orientações e Diretrizes para o funcionamento do ano Letivo da Secretaria de Educação do Estado. Mas, também estão sendo estudados e debatidos o Plano de Cargos Carreira e Remuneração para o Magistério e o Plano Estadual de Educação além da LDB (Lei de Diretrizes e Base).

Conta nestes documentos tanto às leis do MEC (Ministério da Educação e Cultura) e da Secretaria de Educação do Estado, quanto à própria proposta

pedagógica e administrativa da escola, esta última, elaborada pela comunidade escolar.

Objetivo: Criar ambiente para o desenvolvimento de uma educação participativa na luta pela Paz, combatendo a violência, para uma plena realização dos direitos e deveres dos educandos em busca do conhecimento físico, psíquico e social dos alunos e suas famílias.

Atividades a serem realizadas (no ano letivo) informadas pela direção nesta mesma estrutura e termos que seguem:

- Planejamento da Escola
- Planejamento Pedagógico P.P.P.
- Pinte na Escola
- Trabalhar Projetos como: Leitura, da Escola, da Cidade Etc.
- Estudo CF 2006
- Reunir Pais bimestralmente e sempre que necessário;
- Trabalhar com Projetos
- Celebrar Páscoa da escola, Professores e Pais.
- Organizar o esporte ampliando a modalidade
- Futsal – atletismo – vôlei – tênis – handebol
- Priorizar a arte plástica e cênica – Como instrumento de socialização
- Criar uma bandinha infantil rítmica – pré-escolar, para desenvolver o gosto pela música.
- Criar grupo de dança
- Promover manhã de estudo e reflexão para professoras
- Promover encontro de formação para as crianças da 3ª e 4ª séries
- Celebrar o mês de maio na escola
- Investir mais na gincana, não apenas competitiva, mas priorizar o tema e a cultura.
- Organizar uma exposição de artes plásticas
- Manter a tradição do Forrómelo
- Celebrar o mês vocacional, da Bíblia, missionário, o Natal
- Celebração de Formatura – concluintes Pré-Escolar e 4ª Série

- Oferecer banho de ducha aos grupos que demonstram melhor desempenho das atividades
- Entrega dos resultados bimestrais será feita nas salas de aula onde será apresentado o desempenho de cada aluno. Serão previamente avisados quando estiverem prontos.

5. Estrutura Pedagógica: Plano de desenvolvimento da escola (PDE)

Plano de organização pedagógica da escola (POPE)

O PDE é um projeto nacional para todas as escolas do país. É a ação governo federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a educação.

O PDE da Escola Profissional Monte Carmelo elaborado em 2007, com representações de todos os seguimentos da vida escolar traça uma proposta pedagógica nova e abrangente para a escola de forma estratégica. Apresenta o perfil e funcionamento da escola; uma análise dos critérios de eficácia escolar; a avaliação estratégica da escola; faz uma síntese da autoavaliação e por fim traça visão estratégica e plano de suporte estratégico da escola para o período de três anos letivos.

Destaco a seguir, a visão estratégica da escola com os aspectos condutores da elaboração dos planos de ação:

Visão Estratégica

I. Valores

- **Cidadania** - Trabalhamos em defesa e promoção da cidadania respeitando a dignidade e direitos de cada pessoa na escola.
- **Consciência ecológica** – Educamos para uma consciência de preservação ecológica do meio ambiente, visando à sensibilização e solidarização para com a conservação das espécies.

- **Formação** – Asseguramos através da educação o atendimento aos educandos, visando à formação humana e profissional, tendo como base os conhecimentos adquiridos, contribuindo para o acesso e permanência no mundo do trabalho.
- **Inclusão** - Valorizamos a especificidade de cada membro da comunidade escolar, atendendo suas necessidades educativas especiais com especial atenção às especificidades de gênero e de cultura, raça ou etnia.

II. Visão de Futuro

Seremos uma escola que trabalha em defesa da cidadania, que educa para a consciência e preservação do meio ambiente visando à formação humana e profissional dos educandos, valorizando todos os membros da comunidade escolar, constituindo-se assim uma referência para as demais escolas do município de Cajazeiras.

III. Missão

Nossa missão é assegurar a qualidade do processo ensino-aprendizagem para a formação humana e cidadã dos educandos, potencialmente envolvidos na vida intelectual, social e cultural da comunidade onde vive e de toda a sociedade.

IV. Objetivos estratégicos

- Elevar o desempenho acadêmico dos alunos;
- Aperfeiçoar as práticas pedagógicas da escola;
- Melhorar o relacionamento com a comunidade escolar (pais e comunidade).

O POPE é um projeto do estado da Paraíba apresentado no V Seminário estadual de Educação (SEF) e que será elaborada até o final de 2007. Partirá da media

escolar diante da média nacional indicados nos exames nacionais como a Prova Brasil aplicada anualmente às turmas de 5º e 9º ano.

6. Planejamento e sala de aula

Todas as atividades supracitadas são resultados do planejamento da coordenação administrativa e pedagógica juntamente com todas as professoras. O planejamento geral acontece uma vez no início de cada bimestre e o plano das atividades definidas para todo o ano é trabalhado semanalmente em um expediente extra das professoras na escola, ou seja, no "Departamento". Nos quadros demonstrativos e no anexo está incluso tanto a dimensão técnica-administrativa e pedagógica da escola quanto o levantamento das dificuldades, necessidades e alternativas de solução no Plano de Ação para 2007.

Concluimos, ressaltando a importância deste trabalho, de observação e registro da realidade técnica-administrativa e pedagógica da escola Profissional Monte Carmelo, tendo como objetivo a realização de um primeiro levantamento de dados, ou seja, a realização de um diagnóstico que viabilize a execução do estágio de conclusão do curso.

Este trabalho nos possibilitou presenciar a vida das crianças na escola, as atitudes dos profissionais de educação em relação a elas e ao mesmo tempo relacionar estas experiências observadas aos conceitos e teorias estudados nas várias disciplinas já ministradas no decorrer do curso de Pedagogia na Universidade.

4. 2 - Vivências cotidianas na sala de aula

No período de desenvolvimento deste projeto – outubro de 2006 a setembro de 2007 – foram viáveis várias experiências, tanto de observação livre de situações corriqueiras que revelam e/ou fortalecem o racismo e a discriminação para com o povo africano e afrodescendente, como também a interação no ambiente escolar.

No ambiente escolar, mais especificamente na sala de aula, onde se concentra o maior foco de energia, de interação de uma unidade escolar é visível a "olho nu", ou seja, mesmo sem pesquisas sistematizadas a presença de atitudes racistas.

Como professora da turma, do 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Profissional Monte Carmelo, de – 24 alunos sendo em média 50% meninos e 50% meninas entre 09 á 14 anos de idade – estive com a tenção voltada intencionalmente alguns temas específicos. A *Sexualidade*, devido estarem ingressando na adolescência e na fase da puberdade; a *Família* pelo fato de que cerca de 25% da turma mora somente com o pai ou com avós ou tias; o *Meio Ambiente*; dada a grave situação do aquecimento global e também no aspecto da diversidade cultural à questão do *Racismo* e da discriminação para com crianças negras da turma e de toda a escola. Nesta dimensão, chama-nos atenção os conflitos e as dificuldades do relacionamento entre crianças negras e não negras.

Considerando, que a escola é um elemento constitutivo da sociedade, mas ao mesmo tempo constituída com os mesmos aspectos e características da sociedade na qual esta inserida, observei aspectos comuns ao comportamento extra-escolar de manifestação do racismo.

A linguagem, ao limitar-se à cultura, ao pensamento, aos espaços de um povo de um tempo, de um lugar torna-se além de instrumento de poder, veículo de preconceito. Esta na escrita do livro didático e paradidático, panfletos, jornais, revistas, pára-choques de caminhão, outdoor, todos estes meios, registra idéias e expressões racistas.

Na linguagem falada os preconceitos expressam-se corriqueiramente e de forma espontânea, nos ditos populares ou provérbios, nas rodas de piadas e chegam a ser agressivos porque violentam a identidade, neste caso da cultura e da raça negra.

Quanto às piadas cabe aqui uma rápida observação. A piada caracteriza-se pela ridicularização de uma pessoa, um grupo, uma situação, inferiorizada em relação a outras categorias. Giram sempre em torno de uma fraqueza, ignorância do indivíduo atingindo principalmente mulheres, crianças, idosos, bêbados, homossexuais e também o negro.

A "roda de piadas" em si mesmo é um espaço interessante, digamos assim, pelo fato de tratar de aspectos aparentemente simples, mas profundamente ligados à dimensão da vida humana e da cultura. Mas também é um espaço de injustiça e de violência, uma vez que não provoca questionamentos e não propicia a reflexão ou a discussão, de forma que também não permite defesa do grupo ou categoria ridicularizado.

Na África negra não vamos encontrar piadas com negros é evidente, portanto entre nós, indica a inferiorização deste grupo. E evidenciam sempre características como asneira, fealdade, pobreza, brutalidade, maldade e chega a ponto de sustentar-se apenas na negritude, ou seja, só o fato de ser negro já é "motivo de piada". Por exemplo, esta piada com título "*Racismo tem limites*"⁴¹ ilustra a situação racial e econômica do negro.

Em um bar extremamente racista de um bairro branco dos Estados Unidos, um negro muito bem vestido entra e senta em uma mesa. Ou melhor, em uma cadeira. Todos os brancos que estão no bar olham atravessado pra ele e o garçom, que também é branco, fica sem saber o que fazer e vai falar com o gerente, outro branco:

- *Senhor Bill! Um negro acabou de entrar no nosso bar. O que eu faço?*
- *Calma, Joe, alertou o gerente. Faça o seguinte: Cobre 10 dólares para a primeira cerveja que ele pedir, depois 20, 30... e vá aumentando! Até ele desistir e ir embora!*

⁴¹ <http://vounessa.terra.com.br/humor/> acesso em: 14/09/07

Duas horas depois o garçom volta a falar com o gerente:

- Chefe, não sei mais o que fazer! O cara pagou 150 dólares pela última cerveja e já pediu mais duas!

- Então o que você está esperando? Gritou o gerente. Manda logo esse monte de brancos pra fora daqui!

Um outro instrumento de veiculação do preconceito é a comunicação visual, ou seja, a imagem. Esse processo se dá tanto pela divulgação de imagens estereotipadas do negro quanto pela ausência de imagens negra em espaços comuns e na mídia. A imagem negra, no Brasil tornou-se arquétipo de escravidão, de violência, de marginalização e que não tem valor social ou intelectual.

Estas imagens estereotipadas do africano estão espalhadas na grande maioria dos livros didáticos tanto em simples desenhos ilustrativos como em grandes obras artísticas de pintores como Rugendas e Debret no período do Brasil colônia e império.

Também são comuns em revistas, jornais, gibis, cartazes, jornais e nos meios eletrônicos como, nas telenovelas, nos jogos de vídeo games e também em vários sites de relacionamento como Orkut.

Ao mesmo tempo em que se veicula este tipo de imagem, se negligencia as imagens da história do povo negro e da África pré-colonial, colonizada pela Europa e atualmente em reconstrução. Exemplificando, qualquer criança de 10 anos termina a I fase do Ensino Fundamental conhecendo a obra clássica de Pedro Américo(1888) que representa a cena de Dom Pedro I proclamando a independência do Brasil, por outro lado grande maioria, dos professores/as universitários, desconhecem a imagem e a história da rainha Nzinga e da Princesa Aqualtume, articuladoras e protagonistas, na África e no Brasil do movimento de base dos quilombos, inclusive Palmares. Para o povo negro grande maioria da população brasileira na época, a conquista da vida no quilombo é que vai ser expressão da sua independência.

Na dimensão da estética convencionou-se associar o preto ao feio, portanto “ser negro/a é ser feio/a” e “ser feio/a é ser evitado/a”. Dado este pressuposto vai se ter à ausência da imagem da pessoa negra nos espaços que usam como base à tecnologia da comunicação visual.

No campo da mídia e do marketing e da propaganda que têm a imagem como uma de suas ferramentas basilares, vai ser praticamente escassa a imagem negra. Essa negação chegou a ponto de ser necessário ações na justiça para que empresas contratassem pessoas negras para a propaganda de seus produtos, ao mesmo tempo em que o público se surpreende com crianças negras em propagandas televisivas de marcas como a esponja de aço da Bombril e o leite em pó da Ninho.

A manifestação de comportamentos racistas não se limita evidentemente à linguagem oral, escrita ou visual, mas muito mais que isso está como que entranhada no sistema de pensamento, perpassando sutil ou violentamente todos os aspectos culturais.

Há por exemplo, grupos do Movimento Negro que reclama a ausência de “bonecas negras” no mercado uma vez que a brincadeira infantil (o jogo do faz de conta nas brincadeiras de casinha) faz parte da construção da personalidade e identidade da pessoa, como ficaria a identidade de uma criança negra que nesta dependência mercantilista será obrigada a brincar – fazer de conta – que é mãe de uma boneca da *Bárbie*, loira, de olhos azuis nariz afinado etc.

Este ambiente de discriminação se repete na escola de forma tão intensa quanto nos demais ambientes sociais e são de uma violência psicológica profunda para com a criança negra. Porém observei ainda que a violência na escola ultrapassa o âmbito psicológico, chegando a atingir a dimensão física uma vez que principalmente as “meninas negras” são mais agredidas do que as não negras. Dado que remetem aos reflexos dos castigos físicos da escravidão e a violência do homem para com as mulheres, ou seja, um comportamento totalmente típico

da nossa sociedade. Neste contexto a criança negra é praticamente forçada a negar suas características e traços físicos, de modo que não seja vítima da discriminação.

Ouvi várias vezes frases como: *"Professora minha imãzinha é bonita ela nasceu branquinha."* Da mesma aluna ainda, no dia que fez alisamento no cabelo – *"Ao menos do cabelo estou livre, né professora"*. Outro dia vendo em uma revista, uma foto de Michael Jackson, comentei que ele havia feito tratamento para mudar a cor da sua pele. Uma colega perguntou a ela se teria coragem de fazer este tratamento e infelizmente essa foi sua resposta *"se eu pudesse trocaria minha cor sim. Eu não gosto de ser negra. Não vou mentir"* e logo saiu da conversa. Esta mesma aluna não colocou o nome na lista de crianças para danças da festa de São João. Quando perguntei o porque ela simplesmente me respondeu *"Para que Professora se ninguém nunca quer dançar comigo mesmo"*.

Um outro contexto é o das crianças que a cor da pele não indica diretamente que é negra e numa forma de também esconder outras características físicas reforçam em si mesmas atitudes racistas. Um outro aluno insiste no uso do boné mesmo sendo norma da escola não usá-lo na sala de aula. Em um diálogo com um colega por ocasião da festa do São João, que foi no turno da noite, pode-se ouvir *"porque você rapou o cabelo?"* ao que ele respondeu com expressão de vergonha *"Porque não podia dançar com o boné você sabe né, mas também nem combina com minha roupa nova"* e continuou *"Ei, mas você viu até a Larissa alisou o cabelo?"*

Entre as crianças brancas varia muito o comportamento. Um se comportam com naturalidade, com amizades sinceras, participam da mesma brincadeira com as crianças negras, enquanto outras não sentam perto ou ao menos no mesmo lado da sala, se negam a participar das brincadeiras no intervalo se tiver crianças negras. Uma das crianças chegava a articular-se entre os amigos para proibir que uma menina negra não participasse da brincadeira no intervalo.

Ao conversar com este aluno, senti que ele tem muita dificuldade em aceitar e até mesmo em respeitar a menina negra. Ao conversa em seguida com sua mãe ela me explicou que era característica da família e que o avô dele tinha um racismo muito forte.

Este ambiente agressivo e preconceituoso é em grande parte responsável pela baixa auto-estima da criança negra e esta prejudica significativamente a aprendizagem. Uma vez que a aprendizagem perpassa todo o processo de socialização, de construção de um espaço individual na sociedade nesta fase tão importante da vida da criança.

Como intervenção neste tempo do pré Estágio e pesquisa, adotei alguns procedimentos pedagógicos relativos ao currículo escolar, ao material didático, ao universo semântico, a distribuição da atenção, segundo as possibilidades e necessidades dos alunos/as e estive em busca de formação docente em mini-cursos, seminários, palestras e leitura na área da temática abordada.

Quanto ao currículo escolar observei a ausência da temática nos livros didáticos e optei por coleção ⁴² que atende as exigências do PCNS (Parâmetros curriculares Nacionais) no que diz respeito a interdisciplinaridade e a abordagem de temas transversais, a saber: formação cidadã-ética-; pluralidade cultural e meio ambiente.

Esta coleção também traz iconografias, ou mascotes sugestivos com representações de gênero e de cultura. Não exagera nas imagens do africano escravizado e utiliza sempre que possível fotografias e pinturas, evita as gravuras e principalmente as sem conexão com o tema ou sem beleza.

Usa uma linguagem atualizada, uma vez que trata o negro como africano e não como escravo, trata a escravidão como processo violento com lutas e revoluções tanto na África quanto no Brasil em vez de contar histórias como se tivesse sido um processo passivo e de acordo com os escravizados, apresenta a história do

⁴² Projeto Pitanguá – Editora Moderna, 1ªed. São Paulo. 2005

Quilombo dos Palmares e a vida de Zumbi, com sua importância para os afrodescendentes, diferentemente da maioria dos livros didáticos utilizados principalmente no ensino de História. Faz ainda, mesmo que no último capítulo, uma breve discussão sobre o acesso a escola para negros e índios no Brasil, as consequências da escravidão e do racismo, e abrem o debate sobre as políticas de cotas nas universidades inclusive com um artigo intitulado "*Cotas nas universidades públicas: uma lição necessária*" de Edna M. Santos Roland publicado no correio Brasiliense em 23 de jun. de 2003.

O livro de Português, por exemplo, traz vários textos, que mesmo indiretamente faz referências e até historiciza questões culturais e vivências dos africanos no Brasil, a saber: "*O escravo que guardou os ossos do príncipe*"⁴³ é um conto originário da África, narrado pelo povo Iorubá, para quem a função de contar histórias é muito importante porque nas suas tradições todas as histórias tem lições de vida; "*Jabaquara: lugar de escravos fugidos*"⁴⁴ um texto escrito por um indígena que percebe com muita intensidade a dor dos africanos que foram escravizados; "*A preta se apresenta*"⁴⁵ este texto é mais profundo porque aborda diretamente o como é ser uma pessoa negra.

O texto "*A Preta se apresenta*", trata de questões mais acentuadas como pode – se verificar nos questionamentos da Preta, personagem da História da Heloisa Pires: "*Eu sou a Preta. Era minha madrinha, a tia Carula, uma irmã querida de minha mãe, quem me chamava assim*". Após esse processo natural de fora pra dentro, da identificação da cor da pele, que lhe rende um nome, ou melhor, um apelido, a menina começa o processo de auto-identificação e assim se expressa reclamando "*Eu não sou preta, eu sou marrom. Cor de doce de leite, como a canela, como o chocolate... eu sou assim da cor dos olhos dos meus pais*" e este processo vai aos poucos se solidificando e ela chega a afirmar "*Fui ao poucos descobrindo que eu era a Preta marrom, uma menina negra*" e questiona "*Ser negra é como me percebem? Ou como eu me percebo? Ou como vejo e sinto me*

⁴³Conto narrado por Reginaldo Prandi. In. *Os príncipes do destino: histórias da mitologia afro-brasileira*, São Paulo: c,2001

⁴⁴ Texto de Daniel Munduruku. Em crônicas de São Paulo: um olhar indígena. São Paulo: Callis, 2004.

⁴⁵ Heloisa Pires Lima. *Histórias da Preta*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1998.

perceberem” e continua dizendo “ tenho um amigo que só às vezes é preto. Que fica preto quando vai a praia no verão. Ser negro é muito mais do que ter um bronze na pele.” E finalmente pergunta e ao mesmo tempo reclama dizendo “ como é afinal, ser uma pessoa negra? Eu só respondo quando responderem como é que é ser uma pessoa que não é negra.”.

Um outro questionamento feito no texto é referente à descendência. A “Preta” pergunta para sua avó que também é negra sobre a origem da cor das pessoas e sem uma resposta satisfatória fica a levantar várias hipóteses, mas também questionamentos como:

Dizem que sou *afro* - etiqueta pra todos ou tudo o que é parecido com algo ou alguém da África. *Euro* é a etiqueta para semelhanças européias. E outros continentes, que etiquetas recebem? *Afro* tem em todos os países. Por exemplo, existem os afro-brasileiros, os afro-americanos, os afro-cubanos, os afro-franceses. Será que tem afro-sueco? Enfim é o seguinte: afro vem de se ter uma origem africana. (LIMA 1998 p.02).

Esta discussão sobre a dimensão ou denominação afro levanta outro questionamento ligado à questão da origem, da miscigenação, tão presente no povo brasileiro e se expressa através dos seguintes questionamentos:

E, se é assim, então quantas origens carrego dentro de mim? ... também tenho parentes alemães por parte da minha avó clara, casada com meu avô índio, guarani de ascendência charrua. Que confusão! Outro dia eu conversei com um amigo loiro, cuja mãe sempre conta com orgulho que sua avó era negra. – nos

entrelhamos sorrindo. Eu, negra descendente de alemães, e ele loiro descendente de crioulos. Ninguém acredita! (LIMA 1998p. 02)

Nesta citação acrescenta-se o fato da descrença, da ignorância do processo genético na mistura das raças e devido esta ignorância pessoas com descendências afros podem por não ter a pele negra serem inclusive discriminadoras da própria etnia.

Concluimos, portanto, que breves textos como estes, já estão disponíveis no livro didático do professor e do aluno podem ser trabalhados sobre várias óticas e possibilidades, explorado em sua riqueza literária, histórica, política, científica, artística etc.

Do ponto de vista da intervenção, destaco ainda o âmbito da integração, da socialização, da inclusão da criança negra através de atividades da escola em comemorações como carnaval, aniversário, festas juninas...

Alunas e alunos negros participaram como protagonistas em apresentações de abertura dos eventos escolares do Carnaval e da Páscoa. Também como forma de ressaltar a importância destes alunos na sala de aula e na escola foi feito comemorações de seus aniversários na própria sala de aula e na escola.

Sobre estas iniciativas foram feito comentários como estes da coordenadora pedagógica da escola. Referente ao carnaval quando dançavam as meninas negras puxavam o bloco caracterizadas e dançando o frevo:

À frente resgatando o direito de ser gente, alegre, espontâneo, verdadeiro... trazendo assim o questionamento a alguns, porque elas? Não tinham outras crianças mais bonitas? Ainda trazemos dentro de nós, o que a cultura, ou

melhor, o preconceito diz: Lugar de negro é sempre o último.

Referente ao São João, quando um grupo de crianças com os pares formados estrategicamente com uma criança negra e uma branca fizeram a abertura da festa, escolhendo a música *Vem morena de Luiz Gonzaga* entre outras cinco sugeridas, devido esta frase de uma aluna "*Professora é melhor esta, Vem Morena que é a minha cor*". Vendo este contexto, comentou a coordenadora pedagógica:

Não vou dançar não professora, nunca ninguém quer ser meu par". A dinâmica usada foi trazê-la para a abertura da festa junto a uma criança branca, que teve que se esforçar bastante para conseguir o gingado e dar conta de dançar: *Vem morena pros meus braços*", música escolhida por ela, que apresenta a negritude.

Em relação ao aniversário surpresa para as crianças, comentou ainda sobre a importância do dom da vida dado a todos independentemente da cor, da raça ou da cultura e ressaltou a importância da vida de cada criança.

Avalio como positiva toda esta trajetória, de envolvimento com a temática do racismo, que antecedeu o II Período do Estágio e também da pesquisa de dados. Coincidiu com o período da pesquisa bibliográfica de forma que muito auxiliou na elaboração e construção do pensamento. Por outro lado, foi uma experiência riquíssima de formação pessoal, de ressignificação e renovação da prática pedagógica e de grande importância para a vida dos educandos, tanto das crianças negras que são vítimas do preconceito racial e da discriminação, quanto das demais que precisam aprender a conviver com o diferente, saber que também são diferentes dos outros e a respeitar cada particularidade pelo próprio bem da humanidade.

4.3 A experiência docente e os desafios e inseguranças no trato das questões étnico – raciais

Nas atividades do Estágio intencionamos obter dados e informações sobre como a escola trata a questão racial. Realizamos atividades de pesquisa com a direção escolar, o pessoal de apoio, as professoras e os alunos e alunas, entrevistas e grupo focal com alunos negros e negras. O trabalho com os discentes foi realizado em dois grupos: uma sala de aula “dita regular”, a saber, o 5º ano com crianças e adolescentes negros e não-negros e um grupo formado especificamente para estudo da temática com crianças negras de cada turma.

Utilizamos dois questionários para com as professoras. O 1º questionário teve caráter objetivo e serviu para diagnosticar o trato das questões étnico-raciais e o 2º teve caráter subjetivo para aprofundamento da temática abordada a partir da obtenção das opiniões dos sujeitos envolvidos..

Analizamos os questionários e as atividades pedagógicas atentando aos princípios norteadores de uma educação anti-racista traçados pelo Movimento Negro, citados anteriormente, e aos aspectos da estética, da intelectualidade e da condição social devido o fato de que estes são as principais interfaces sobre as quais se sustentam o preconceito e discriminação para com a raça negra no Brasil.

Como pressupõe a pesquisa-ação o primeiro passo é a realização de um diagnóstico do campo de trabalho, no caso a escola. Para este diagnóstico utilizamos o questionário sugerido no Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro (2004), sobre educação etnocêntrica ou anti-racista. Em treze questões com três alternativas respectivamente, questionam sobre como é estudada a trajetória histórica do negro; como se acredita que o racismo deve ser tratado pela escola; o que é a cultura negra; quais as bases do currículo escolar; a posição do professor/a em relação à prática pedagógica e a atenção às questões sociais e raciais; a profundidade com a qual a escola trata as questões raciais e as diferenças entre os grupos etnoculturais; qual a posição da escola em relação às

situações de desigualdade e de discriminação presentes na sociedade; o que deve ser feito para fortalecer o reconhecimento, a aceitação e respeito à diversidade racial; qual a importância dada ao poder da linguagem e das expressões verbais; já quanto ao trabalho escolar se há resistência, passividade ou coletividade por parte dos professores/as; se a biblioteca da escola tem literatura referente à temática e conclui questionando sobre a capacitação dos professores/as sobre a questão racial.

O próprio almanaque traz uma chave de correção do questionário de acordo com os pontos obtidos, de forma que identifica as características gerais da escola. Com quatro numeração classifica a situação da escola. A primeira é quando a escola obtém na resposta do questionário de zero a seis pontos. Está na fase da invisibilidade *“ainda não conseguiu caminhar quanto à questão racial”*. A escola neste nível trata a questão racial como tabu, se neutraliza e usa como estratégia o silêncio, considera a população negra presente na escola como invisível e conseqüentemente *“todos os alunos estão perdendo a oportunidade de formação de valores essenciais para uma convivência harmônica em sociedade”*.

Quando a pontuação varia entre sete a dezoito pontos a escola está na fase da negação. Nesta fase, o racismo já é discutido na escola, mas, ainda se nega a sua existência na sociedade e na escola. *“Acredita -se no falso mito da democracia racial; que falar de racismo é incitar ódio entre raças; que as desigualdades são apenas econômicas”*. Isoladamente alguns professores/as trabalham o 13 de maio e o 20 de novembro. Neste contexto, portanto a cultura negra vive o processo da folclorização e a verdadeira história do povo negro e suas lutas e resistências não servem de exemplo para todos os alunos/as.

Na fase do reconhecimento a escola esta entre dezenove e vinte e quatro pontos. Nesta etapa *“reconhece a necessidade urgente de transformar a escola em um espaço de luta contra o racismo e a discriminação”*. O currículo atende aos temas e conceitos dos diferentes grupos sociais presentes na sociedade. Também a realidade do próprio aluno/a é reconhecida e valorizada. E trabalha através de projetos a questão racial.

Por fim, quando atinge a numeração máxima do questionário entre vinte e cinco e vinte e seis está na fase do avanço. Nesta etapa, a escola respeita e valoriza todos os grupos sociais, usa seus conhecimentos como instrumento pedagógico no tocante as questões sócio racial e cultural. Os alunos negros/as tem uma auto-estima elevada e orgulho de ser negro. E ainda *“todos os alunos reconhecem, e claro dentro de si, a necessidade de respeitar as diferenças e sabem que diferença não quer dizer superioridade nem inferioridade: é apenas diferença”*.

A média da escola pesquisada foi de dezesseis pontos, estando assim na fase da negação. Trabalha a temática apenas nas datas específicas: da abolição da escravatura e no dia da consciência negra. Por acreditar no mito da democracia racial, pensa não ser necessário falar desta questão e ainda silencia para não gerar conflitos. Por medo de fazer um trabalho sério com a cultura negra, de tocar em questões como a auto-estima, as formas de tratamento (apelidos pejorativos, piadas), a religião (como Macumba) os ancestrais (escravizados) dos alunos negros e negras, a folcloriza de modo a evitar evidentemente os conflitos e negar a existência dos alunos negros/as com suas peculiaridades na própria escola. Os alunos/as não-negros também são prejudicados/as, pois como já tratamos anteriormente a história e a cultura do povo negro pertence ao Brasil e a todos os brasileiros/as. Esta idéia se confirma na seguinte afirmação:

O brasileiro de ascendência africana, ao contrário dos brasileiros de outras ascendências (européia, asiática, árabe, judia.), ficou por muito tempo privado da memória de seus ancestrais. Por isso, a lei nº 10.639/03 promulgada pelo Presidente da República Federativa do Brasil em 2003, depois de 115 anos da abolição da escravidão, veio justamente para reparar esta injustiça feita não apenas aos negros, mas a todos os brasileiros, pois essa história esquecida ou deformada

pertence a todos os brasileiros, sem discriminação de cor, sexo, gênero, etnia e religião.(MUNANGA,2004 P.03)

Este tratamento pedagógico para com a história da África e a negligência para com as diversas e constantes situações de discriminação na escola é histórico e se reproduz cotidianamente até hoje. Embora a escola tenha obtido 16 pontos no questionário diagnóstico, que tinha apenas alternativas a serem marcadas, no 2º questionário com questões subjetivas os resultados não correspondem, ao mesmo nível de compreensão dos conhecimentos específicos e da prática pedagógica. O que faz crer que embora sem dados que prove, a escola pode vir em alguns aspectos a estar na fase da invisibilidade.

Embora no questionário I cerca de 90% respondeu que a trajetória do negro é estudada como conteúdo nas várias áreas que possibilitem tratar o assunto; que o racismo é para ser tratado pedagogicamente pela escola; que o professor reavalia sua prática refletindo sobre os valores e conceitos que traz introjados sobre o povo negro e sua cultura, repensando suas ações cotidianas; que o trato das questões raciais é contextualizado na realidade do aluno, levando-o a fazer uma análise crítica dessa realidade, a fim de conhecê-la melhor, e comprometendo-se com sua transformação e que as situações de desigualdade e discriminações presentes na sociedade são instrumentos pedagógicos para conscientização dos alunos/as quanto à luta contra todas as formas de injustiça social. No 2º questionário 62% das professoras, omitiu o número de alunos e alunas negros da turma que leciona e 100% não conhece a lei 10639/03, uma chegando a confundir com a Lei Áurea , dado que evidencia o desconhecimento inclusive da própria Lei da abolição da escravidão. Em resposta a questão, O que você sabe sobre a lei 10639/03, obtivemos a seguinte resposta:

Dava liberdade total aos negros para seguirem suas vidas da maneira que quisessem. Desta forma um grande numero de negros foram

libertos das senzalas para enfrentar uma nova vida.

Informações deste tipo, evidenciam a ausência de conhecimento sobre o debate do racismo e da implantação da Lei 10639/03. Ao mesmo tempo em que o desconhecimento total desta Lei não está de acordo com as informações do 1º questionário quanto o fato de que o professor/a reavalia sua prática refletindo sobre os valores e conceitos que traz introjetados sobre o povo negro e sua cultura, repensando suas ações cotidianas, ou seja, se assim fosse realmente feito, já se teria conhecimento da Lei sancionada há três anos.

Uma outra questão tratada no questionário II diretamente ligado a implantação desta Lei é sobre o conhecimento que se tem do continente africano. Sobre a descrição do continente africano tem – se a seguinte afirmação: “O Continente Africano é muito *pobre*, pois a renda do *país* é baixíssima”; “o Continente Africano é um continente de terceiro mundo”; “sei que é distante daqui, mais acho muito parecido com o Brasil, até a língua portuguesa é falada em algumas partes da África”; “continente com muitos países e cada qual com etnias diferentes”. Estes conceitos demonstram não só a falta de conhecimento sobre o continente como as visões estereotipadas da África veiculadas pela mídia nas imagens e informações sensacionalistas de um continente “pobre” mencionado na maioria dos comentários. Confundido com um “país” e evidenciado enquanto sua multiculturalidade quanto à “etnias diferentes”, variedade de “línguas e dialetos” e sincretismo religioso.

Há ainda uma tentativa de aproximação da África com o Brasil, mas numa direção contrária, ao invés de reconhecer os afro-brasileiros e toda sua cultura que constitui a história brasileira se faz referência ao fato de haver na África países que falam a língua portuguesa.

O conceito mais amplo vai ser o seguinte:

O Continente Africano é rico de belezas naturais, sua população é predominantemente negra, de várias línguas e dialetos. De grande sincretismo religioso – cultural. Por muito tempo foi marcado pelas guerras e assolado pela pobreza e miséria. Podemos até dizer que foi esquecido pelo resto do mundo.

Nesta fala a coordenadora pedagógica faz referência às belezas naturais, às guerras e o isolado do “resto do mundo” à pobreza e a miséria como de praxe, à variedade de línguas e dialetos ao sincretismo religioso e um dado interessante mencionado o fato de sua população ser predominantemente negra. O uso deste termo “*sua população é predominantemente negra*” por qualquer brasileiro ou brasileira remete às imagens do Brasil negro ou melhor da população negra do Brasil nas favelas, presídios, nos subempregos ou nas quilométricas filas de desempregados deste país. São aspectos que curiosamente se aplicariam a uma descrição do Brasil com exceção das guerras. A expressão “foi esquecido pelo resto do mundo” indica uma dependência da África, uma condição de subdesenvolvimento e de impotência, e reduz estas condições apenas à África, uma vez que o resto do mundo estaria em posição superior e em condições de “ajuda”, mesmo todos os demais países subdesenvolvidos. O Professor Henrique Cunha Jr. (no artigo *O ensino da História Africana*) sobre esta questão, afirma que:

Na cultura brasileira a África é sempre tratada como distante. A idéia de distante reflete outro estereótipo que é a idéia da falta de integração da África aos espaços econômicos mundiais. Significa que ficou isolada a atrasada até o dia que os europeus correram ao seu socorro (2004, p.04)

Alargando as conseqüências desta idéia estereotipada o autor acrescenta a questão da miscigenação. Vejamos a seguinte citação:

A idéia de isolamento africano é fundamental na manipulação dos mitos sobre a raça e miscigenação racial ocorridas no Brasil. Fala-se dessas categorias partindo de uma idéia absurda de que africanos, europeus e asiáticos não haviam realizado imensa troca de experiências genéticas anterior a colonização brasileira... Isto leva a pensar na fixação destrutiva e racista de raças puras e impuras. O método de isolamento africano é estrutural ao pensamento racista brasileiro. Ele faz questão de desconhecer a espécie humana como um híbrido resultante de processos milenares de troca de população. Daí elege o Brasil e unicamente o Brasil como pai de existência de misturas de população diversas (op.cit. p.04).

O aspecto da miscigenação também é abordado nos questionários. No 1º 80% das professoras vai dizer que as diferenças entre grupos etnoculturais são mostradas como diversidade cultural brasileira e 20% dizem que não são tratadas, pois podem levar a conflitos. Já no 2º questionário 50% não respondeu a seguinte questão: *A formação atual do povo brasileiro é resultado da miscigenação. Do texto Jabaquara: lugar de escravos fugidos de Daniel Munduruku considere a afirmação: Estando em terras distante, exilados e sem guarida, aos homens e às mulheres africanos restava apenas a saudade e o temor de nunca mais voltar à terra natal. Por causa da saudade reviveram os espíritos, transportaram para cá danças e melodias que trouxeram de volta a*

presença da Mãe África (2004 p.02). Como você entende o processo de miscigenação da população brasileira?

Nesta questão, deveria se considerar a posição sócio, política, econômica e cultural de cada grupo ou etnia que vai participando da construção de um novo cenário da população brasileira a partir da colonização. Esta posição automaticamente se refletirá na representação social que cada contribuição terá. Existe uma relação de conflito, como na própria citação fica exposto foi uma necessidade vital, uma forma de resistência dos africanos e não um "presente, uma contribuição ao pobrezinho do Brasil". Neste sentido, podemos nos perguntar sobre qual o significado social que vai ter a religião dos colonizadores portugueses trazida pelos missionários cristão que eram trazidos nas embarcações e qual dimensão foi dada à religião africana em suas várias crenças ou formas de manifestações como a macumba ou o candomblé? Ou melhor, o que conhecemos de fato da religião africana trazida para o Brasil. E estas representações sociais se estenderam à cultura, à política, à arte, à pedagogia etc.

Porém, nenhuma professora atentou para este aspecto do conflito das culturas existente até hoje, mas se limitaram a conceituar ou a repetir a idéia corrente de que a África também contribui para a miscigenação do país. Mesmo que como vimos anteriormente, estas contribuições sejam folcloricizadas nas atividades pedagógicas. Vejamos os comentários feitos:

A miscigenação tornou nossa terra, o Brasil, um país pluricultural, com a grande contribuição que outros povos trouxeram para nós e principalmente o africano.

As demais citações fazem referência a beleza da mistura dos elementos culturais de cada povo, porém limitam ao aspecto da cor negra e branca. Observemos:

A miscigenação da população brasileira aconteceu devido à mistura das raças negra e branca. Essa mistura racial resultou em uma rica cultura cheia de diversidade, na música, na língua, na dança entre outros aspectos.

Outra resposta, completa esta idéia, ao afirmar que o processo de miscigenação é resultado do fato de que os africanos homens e mulheres reviveram no Brasil a sua cultura.

E por último uma resposta faz memória à resistência do povo negro e toca numa questão delicada, o “querer” a presença ou a participação da população negra. Vejamos, portanto o que afirma:

Mesmo com a história” negada “, o povo negro resistiu e insistiu em dançar, rezar, continua a sua história, com isso foram se misturando e hoje somos todos nós, que queiramos, ou não fruto dessa etnia rica de belezas.

Na expressão “somos todos nós, que queiramos ou não fruto desta etnia” podemos perceber a forma como se tratou historicamente esta etnia, no caso, a africana e indica uma rejeição muito maior do que uma aceitação, do contrário seria desnecessária esta afirmação. E como a história confirma está presente neste ambiente à ideologia do branqueamento (comentada anteriormente neste texto), ou seja, não se quer misturar com a raça negra e, portanto o ideal é que se limpe a mancha negra do Brasil trazendo outros grupos como os italianos para substituir a mão-de-obra na lavoura no final do regime escravocrata.

A existência do conflito se confirma também no próprio texto de Munduruku quando diz que:

Aqui era para eles uma terra, absolutamente nova, diferente, terrível, massacrante: o retrato do fim do mundo. Nada tinha a ver com a sua inda terra natal, a maravilhosa, fascinante, dadivosa, querida e amada África, lugar dos antepassados, dos seus ritos e cantos, de suas danças e crenças. Não esta terra não era sua e nada podia arrancar de dentro de si o grande amor pelo chão materno!(2004 p. 02)

Partindo desta forma equivocada e indesejada de perceber a participação do negro na construção da sociedade brasileira, analisamos o questionamento sobre o que é ser uma pessoa negra. A questão proposta com base na citação do texto da Heloisa Pires, *A Preta se apresenta* (1998) questiona sobre o que é ser uma pessoa negra. As respostas foram as seguintes:

Ser uma pessoa negra, é ser legitimamente da raça negra, com ou sem preconceitos”; “ser uma pessoa negra é ser uma pessoa de pele escura, descendente de povos africanos e ser uma pessoa de coragem, capaz de lutar por uma vida melhor”; homem de cor escura, que tem na sua raça um sentimento de conscientização “; é assumir-se como tal, amar sua cor, sua cultura, sua raça e continuar a história mudando.

Nesta resposta, vamos perceber que a maioria faz referência à dimensão política do “ser negro” quando faz referência a coragem, a luta por uma vida melhor, sentimento de conscientização, e a mudança da história. Por outro lado, também se demonstra que uma raça que necessita viver esta dimensão política é uma raça vítima de preconceitos, que não tem condições de vida digna, que não tem auto-estima elevada e que precisa ser “legitimamente” da raça, ter coragem para lutar e até para se assumir como negro/a, para amar sua cor, sua cultura, sua

raça. Evidente que é preciso ter coragem para se amar e amar algo que é rejeitado e classificado como ruim, feio, indesejado, do mal etc...

Uma outra questão aparentemente simples, diz respeito ao interior da escola. Perguntamos as professoras o número de alunos e alunas negras da sala de aula que leciona. Para surpresa nossa 62% das professoras não responderam. As crianças negras das demais professoras totalizam um número de 23 crianças o que novamente confirma a existência das crianças negras na escola e a dificuldade das professoras em assumir esta existência, de quebrar o silêncio e mesmo de classificar as crianças "pardas e pretas" como negras. Ainda quanto à negação ou omissão do número de alunas e alunos negros de cada sala de aula no 2º questionário, pode-se questionar como então, é possível no 1º questionário que o trato das questões raciais seja contextualizado na realidade do aluno, levando-o a fazer uma análise crítica dessa realidade, a fim de conhecê-la melhor, e comprometendo-se com sua transformação e que as situações de desigualdade e discriminações presentes na sociedade são instrumentos pedagógicos para conscientização dos alunos quanto à luta contra todas as formas de injustiça social. E nesta reflexão, aprofundamos dois aspectos o primeiro tratamento dispensado às crianças negras em especial na linguagem usada para tratar sua cor, sua cultura, seu cotidiano no segundo a reação pedagógica do currículo escolar.

Como foi trabalhada anteriormente, a linguagem seja oral, escrita ou visual é detentora de poder e está sempre a serviço de quem detém o poder político, sócio, cultural e econômico na sociedade. Portanto, para trabalhar o racismo é necessário que se tenha consciência e conhecimento do poder da linguagem e qual tem sido o tipo de linguagem usada para com a raça negra.

No 1º questionário 50% acredita que quanto à expressão verbal a linguagem usada no cotidiano escolar tem o poder de influir nas questões de racismo e discriminação, por outro lado mais 50% afirma que a escola usa eufemismos para se referir ao pertencimento racial dos alunos/as, para não ofendê-los/as e que a linguagem não tem influência direta nas questões raciais.

No 2º questionário foram elencadas algumas expressões, apelidos, ditos populares referentes ao negro. Dentre outros, os mais repetidos foram: *Nego saci, Negro amostrado, Saci, Tição, Neguinho, Nego do boró, Pretume, Preta velha, Negão, Nega fulô, Nego nojento*; ditos como: *Nego só é gente quando está no banheiro, porquê quando batem na porta ele responde tem gente, ou ainda, Negro era pra nascer com dois dentes, um para roer rapadura e outro para doer à noite inteira; é negro, mas tem alma branca e piadas como; "Chegou um nego no céu dizendo ser Leonardo di Capri, então o porteiro disse: – São Pedro me tire uma dúvida! O Titanic afundou ou incendiou?*

A Rosa Margarida (2004) combate acirradamente esta forma de preconceito. Para ela:

Estas piadas representam os esteriótipos construídos sobre o negro na sociedade brasileira. Não podemos dizer que elas são neutras ou "só brincadeiras "; elas são as provas mais eficientes de que existe racismo no Brasil. Na verdade, todas essas piadinhas denunciam alguma forma de preconceito, que cedo ou tarde acaba emergindo, acompanhada de atitudes discriminatórias(p.32)

No âmbito da linguagem, ainda, foi pedido que trouxessem uma imagem que ilustrasse a temática do racismo, porém 100% do grupo não trouxe. Desse modo concluímos que não está sendo dada a devida atenção a comunicação visual e que este comportamento ou desatenção se reflete por exemplo na leitura que o professor faz das imagens do livro didático.

Quanto ao material didático utilizado perguntamos de que forma os livros didáticos e paradidáticos e demais materiais que se utiliza na sala de aula tratam

a questão racial a afro-descendência? Apenas três respostas foram obtidas, uma primeira apenas diz que de uma forma implícita, uma segunda responde de forma objetiva e idealista dizendo que:

De uma maneira que levem os alunos a questionarem as culturas, etnias crenças mostrando que tudo isso faz parte da cultura de cada povo, fazendo entender que o preconceito racial já não cabe mais no contexto social, só pessoas desinformadas ainda conseguem manter um preconceito ultrapassado, nos dias atuais.

E a terceira aprofunda o assunto assumindo as fragilidades, as armadilhas racistas, machistas e colonialistas do livro didático.

Os livros didáticos e paradidáticos utilizados nas salas de aula infelizmente são racistas, destacam acima de tudo o homem branco dando a eles características positivas, ao mesmo tempo em que excluem os negros, pois não mostram suas qualidades e os tratam como se fossem membros marginalizados da sociedade: o malandro, o marginal, a prostituta, etc.

Noutras palavras Tomaz Tadeu diz que *“O currículo não constituído de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos considerados socialmente válidos”* E continuamos, portanto, refletindo sobre o currículo escolar uma vez que este é produto social. E no caso produto de uma sociedade racista. No 1º questionário apenas uma professora diz que o currículo da escola é construído baseado em metodologias que tratam positivamente a diversidade racial, visualizando e estudando as verdadeiras contribuições de todos os povos, as demais disseram que o currículo procura apresentar aos alunos informação também sobre os

indígenas e negros brasileiros e nenhuma ousou dizer que baseia-se nas contribuições das culturas européias representadas nos livros didáticos.

No 2º questionário a questão foi elaborada da seguinte forma: o processo de exclusão social da raça negra no Brasil passa pela experiência da escravização. O Daniel Munduruku, (2004) no texto *“Jabaquara: lugar de escravos fugidos”* escreve: *“A saída diziam os livros, foi trazer para o Brasil levas e levas de homens e mulheres de outros lugares, para fazer o trabalho que os verdadeiros brasileiros não queriam fazer. Aí começou o martírio da gente negra”*. Quais aspectos você destaca nesta afirmação? Comente-os. Os aspectos mais relevantes não são apenas os dados históricos, mas a forma como essa história é escrita e estudada, aliás, a saída *“diziam os livros”* esta expressão explicita a quem servia o currículo escolar. Uma vez que a saída foi trazer a gente negra para fazer o trabalho que os verdadeiros brasileiros não queriam fazer. Quem eram de fato os *“verdadeiros brasileiros?”* E os negros não se tornaram verdadeiros brasileiros? E a sua identidade durante e após o período da escravização qual será? Porém, como diziam os livros...

As respostas limitaram-se aos dados históricos presentes na citação e deixaram despercebido que estes dados mudam de perspectivas sempre que mudarem *“os livros”* que os contam. Apenas 30% respondeu esta questão. Notemos, os seguintes comentários: *“Os negros da África foram trazidos para o Brasil pelos brancos para que eles fossem escravizados”*; *“ao ser trazido para o Brasil, o povo negro foi explorado, escravizado, o negado todos os direitos, forçado a esquecer sua história, sua cultura e camuflar suas crenças”*. Uma outra resposta vai mais além e faz referência a origem do autor. Vejamos a seguinte explicação:

Quem descreve a chegada dos negros escravos para o Brasil, é uma pessoa negra. Os negros vieram para o Brasil, para trabalhar na lavoura canavieira, por falta de outros trabalhadores, trabalhadores brasileiros, que não aceitaram o

trabalho, por isso o negro teve que vir e acabou escravizado pelos portugueses.

Esta afirmação é mais rica de informações e de detalhes ao mesmo tempo em que manifesta as idéias estereotipadas sobre a população negra e o trabalho escravo. Muitas idéias se formaram na época da escravidão e se tornaram preconceitos arraigados na sociedade atual. Uma delas é a de que “o negro veio para o Brasil. Jaime Pinsky⁴⁶ (in Rocha 2004) vai dizer que:

O negro escravo não veio para o Brasil por sua própria vontade. Ele foi “caçado” em suas terras onde vivia livremente, e “trazido” para o Brasil como mão de obra barata e resistente.(p.30)

Uma outra idéia combatida, neste mesmo âmbito, diz respeito ao mito de que o negro escravo era indolente e preguiçoso. E traça a diária de um trabalhador escravo e suas disposições na seguinte referência:

O negro escravo era indolente, preguiçoso... Trabalhava dezoito horas por dia (parava para refeições rápidas e insuficientes) para dar lucro ao senhor, sem receber salário ou compensação alguma (idem p.30)

Estes dados explicam inclusive o porquê de os “verdadeiros brasileiros” não quererem fazer o trabalho que os africanos/as escravizados/as tiveram que fazer. Por outro lado foi criado o mito da passividade do povo negro neste processo de escravização. O autor entende que:

⁴⁶ Jaime Pinsky -Escritor e professor titular do Departamento de História da UNICAMP.

As rebeliões, assassinatos de senhores e de feitores, rituais religiosos, fugas e até suicídios individuais e coletivos, como forma de escapar da escravidão, comprovam que tal passividade não era verdadeira. (idem p.30)

Estes mitos estão presentes nas fala das professoras e de toda a sociedade brasileira que desconhece o processo do reconhecimento, da reflexão e da reformulação destas idéias e conceitos. Para concluir este trabalho de pesquisa com o corpo docente escolar indagamos sobre o reflexo do preconceito e do racismo da sociedade na escola. Da professora que disse que os livros abordam o racismo e afrodescendência:

De uma maneira que levem os alunos a questionarem as culturas, etnias crenças mostrando que tudo isso faz parte da cultura de cada povo, fazendo entender que o preconceito racial já não cabe mais no contexto social, só pessoas desinformadas ainda conseguem manter um preconceito ultrapassado, nos dias atuais “.

Obtivemos a uma resposta contraditória, ou melhor, que indica o processo que se esta vivenciando para a desconstrução do racismo nas seguintes palavras:

“Apesar de já estarmos no século XXI, mas ainda existe algum tipo de preconceito racial, nem que seja, apenas para xingar o colega, mas infelizmente esse preconceito ainda se reflete na sala de aula”

As demais respostas indicam os alunos/as como alvo e reprodutores/as do preconceito, e reproduzem também o mito de que no Brasil o próprio negro é racista, e muitas vezes discrimina outro negro. Sobre o reflexo do racismo da sociedade na escola tem-se como resposta:

“Sim. A começar pelos próprios alunos, alguns se autodiscriminam (por conta da história, influenciados pela mídia, etc) perpassando para os demais membros que formam a escola”.

Ou ainda, na mesma compreensão responsabilizando também a família pelo comportamento racista, a seguinte:

“Alguns alunos se autodiscriminam por serem influenciados pela família e até mesmo pela mídia com isso perpassam para os colegas e os demais que fazem a escola”.

Esta idéia de que o negro se auto discrimina e que inclusive, como foi colocado acima, influencia as demais crianças e todos os que fazem a escola chega a ser absurda. É como se a criança negra fosse portadora de uma “lepra” que passa para as demais. Será que ela não já se sente assim pela rejeição que sente? Além de sofrer as conseqüências do racismo ainda é ela a responsável, ou melhor, a culpada por existir racismo na escola.

Rosa Margarida (2004) comenta o processo de desconstrução desta idéia dizendo que:

“A socialização do negro se efetiva em um ambiente conflituoso e adverso, por causa da ideologia de inferioridade atribuída a ele. Essa ideologia faz com que, muitas vezes, também o

negro seja levado a construir uma imagem negativa de si, introjetandos e reproduzindo os esteriótipos e preconceitos que a sociedade racista lhe impõe. As pressões sofridas por esse segmento dificultam a construção de sua auto-estima e a assunção positiva de suas raízes étnicas, o que o faz, da mesma forma procura alcançar o ideal preconizado por toda a sociedade: o branqueamento”.

Para a desconstrução da ideologia do branqueamento é necessário um processo de conscientização e de conhecimento da verdadeira história do povo negro e das intenções de sua criação.

Porém, já começa a ser assumido por pessoas individuais, pois no depoimento de uma professora vamos encontrar a seguinte afirmativa:

“O preconceito é bastante visto na escola, principalmente por parte dos alunos que demonstram claramente a discriminação aos colegas negros através de apelidos, de rejeições nas equipes de trabalho”.

A atitude de reconhecer a existência do preconceito racial é o primeiro passo para começar o trabalho com esta temática na escola. O currículo precisa ser também reformulado de modo que inclua os novos conhecimentos da cultura e da raça negra.

O desconhecimento das professoras sobre o continente Africano é compreensível exatamente pelo fato de o currículo escolar nunca o ter abordado na sua formação, e a própria universidade não abordar a questão na formação destes profissionais. A primeira universidade do país a lecionar História da África vai ser

a USP (Universidade de São Paulo) em 1978 no próprio curso de História. Porém, sobre a existência da Lei é lacuna na política de formação permanente dos professores da rede pública de ensino e da própria universidade que não tem na sua estrutura curricular disciplinas específicas que estudem a História do Continente Africano e debata a presença do racismo no Brasil. No 1º questionário também perguntamos sobre a formação das professoras na área e apenas uma disse que algumas vezes no ano faz curso ou participa de grupo de estudo sobre a questão racial, as demais ainda não tiveram oportunidades de estudar sobre a questão.

4.4 - Uma conversa com as crianças e adolescentes negros e negras da escola

Para com os alunos e alunas, trabalhamos atividades didático-pedagógicas como: estudo e interpretação dos textos *"A Preta se apresenta"*, (Heloisa Pires Lima 1998); *"O amigo do rei"* (Ruth Rocha,2003) e os poemas *"Direitos das Crianças"*(Ruth Rocha, 2002) e *"Criança negra"* (Rosa Margarida,2004), fizemos um ensaio fotográfico e diretamente para a coleta de dados, fizemos entrevistas, roda de conversas com debates informais e grupo focal.

Atentamos às dimensões da estética, da intelectualidade e da condição social, sob as quais as pessoas negras são principalmente inferiorizadas. Seguimos alguns passos na dinâmica geral do trabalho. O primeiro passo foi o da sensibilização. A sensibilização ao tema foi feita através de dinâmicas, poesias, filmes etc. Posteriormente passamos à fase da problematização e do levantamento de questionamentos através de debates sobre as atividades e com os grupos focais e entrevistas e à fase da conceituação que se efetivará no processo da formação do grupo de estudo Ser Negro Com Identidade (SACI) posteriormente a este trabalho.

A princípio fomos às salas de aula com o intuito de pesquisar o nome, a idade e a cor de todas as crianças e adolescentes para saber como elas mesmas se denominam e para comparar ao número de crianças negras, informado no

questionário das professoras, no entanto, percebemos uma outra questão. As crianças e os adolescentes negros não se sentiam à vontade com o questionamento sobre a cor. Alguns pediam licença e saiam da sala dizendo ir tomar água, outros não conseguiam falar e ainda duas crianças negras chegaram a dizer que sua cor era branca e amarela respectivamente, sendo alvo de risos por parte da turma.

Tanto a discussão sobre o preconceito racial e o racismo, quanto o estudo sobre o continente africano são uma dívida, um direito e uma necessidade de todas as crianças e adolescentes. Porém, a partir das relações em salas de aula compreendemos que seria necessário a criação de um espaço onde a criança negra, evidentemente a mais prejudicada, pudesse se expressar com liberdade, sem ter que passar pelos constrangimentos e humilhações que presenciamos. A exemplo da frase de uma menina branca que ao virar na cadeira e apontar na direção de um menino negro e disse: "*... mas ainda bem que aqui quase não têm nego professora! Esses moreninhos até que são bonitinhos, só aquele neguinho ali que é muito feio*"; ou a exemplo das seguintes frases: "*A Preta é burra. A Preta é nojenta. A Preta é jumenta. A Preta é feia. A Preta é desmantelada...*" em resposta a questão, forme frases em que a palavra preta seja substantivo. São situações delicadas que desafiam a prática pedagógica, porém que exigem tomadas de decisão.

A escola ainda não tem prática em discutir estes assuntos por isso enfrenta maiores dificuldades. Dada essa realidade optamos por criar o grupo SACI (Sou Afro Com Identidade) com duas a três crianças ou adolescentes negros de cada sala de aula para darmos início ao debate e ao estudo sobre a temática. Após um processo de autoconhecimento, de autovalorização e de fortalecimento da autoestima estas crianças e adolescentes possam se assumir como "negros/as" não apenas na cor da pele, mas também politicamente dada sua ascendência biológica, cultural ou social. E participarem então como sujeitos ativos de um trabalho mais consistente com todos os estudantes, apropriados de

conhecimentos específicos sobre a África, os afro-descentes, a cultura, a história das próprias crianças e adolescentes negros/as.

Trabalhamos com um grupo bastante heterogêneo composto por meninos e meninas e com faixa etária entre cinco e quatorze anos. Embora a diversidade torne o trabalho metodológico mais desafiante, uma vez que temos crianças com habilidades como a leitura, a escrita, ampla visão de mundo e maior desenvolvimento do raciocínio lógico outras ainda não alcançam atividades nestes níveis, por outro lado, há no conjunto da vivência deste grupo uma grande riqueza de conhecimentos e de informações.

Nas entrevistas vamos percebendo alguns aspectos mais comuns às crianças de até sete e oito anos. Todas estas crianças quando interrogadas sobre a presença do racismo ou da discriminação na família, entre os amigos/as ou na escola dizem que não existe. Mesmo com explicação sobre estes conceitos e atitudes, nesta faixa etária a criança ainda não consegue identificar com clareza a presença do racismo ou do preconceito racial e por outro ângulo ainda está mais no seio da família, que salvando as exceções é negra e, portanto igual à criança. A escola vai ser na maioria dos casos o primeiro ambiente de socialização e de descoberta do diferente, por isso nessa idade entre o primeiro e o segundo ano na escola ainda não se percebe com clareza as expressões do racismo.

Entre as crianças maiores de oito anos e com maior número de anos na escola todas manifestam quer verbalmente, quer nas atitudes, nos olhares, nos silêncios e inclusive na negação a existência do preconceito racial e da discriminação. Porém existem, as que têm consciência do racismo e tem coragem de falar e de reagir, as que sabem e são vítimas do preconceito racial, mas negam e as que não "sabem que são negras", ou seja, as que por não terem a pele tão escura quanto à do colega que considera negro não se sente negra.

Um aluno que negou a sua cor na sala de aula, na entrevista respondendo se já havia sido discriminado, disse que:

“Todo dia. Só vivem me chamando de nego, safado. Toda hora. Vai branquelo. Sem nem eu ser branco, sou negro. Mas cor é diferente ai eu sou moreno, mas eu sou preto da raça preta”.

Sobre onde e quem o discriminam, ele responde que:

“Na escola, na rua, em casa, em todos os cantos. Aí só vivem me ofendendo. Aí, quase que eu dava uns murros nas caras deles. São os moleques da rua, da escola também, os adultos, só”.

Sobre a relação que ele tem na sala de aula com os colegas diz ser boa porque tem os amigos, os que não apelidam, tem outros que apelidam, mas reforça que tem os amigos/as. Porém, quando pergunto se atrapalha fazer as atividades ele responde que: *“Atrapalha e muito, por aí! Tem Diego⁴⁷ que só vive me apelidando, tem um monte lá. Não sei como é não”*.

Um outro aluno, Lucas Macedo no grupo focal exemplificando uma experiência de discriminação que sofreu, fez o seguinte relato e comentou:

“Foi numa corrida de bicicleta né. A gente apostou 10,00R\$ pra quem ganhava. Ele falou que eu não tinha dinheiro porque eu era negro. Eu falei, pois bora. Quem ganhar você dá os 10,00R\$. A gente foi pegou a corrida. Chegou ele não queria me pagar. Eu falei porque? Ele falou que minha pele era feia se não ia, ia ofender a reputação dele. Aí ele não queria me pagar. Aí eu fiquei na minha né. Aí ele me

⁴⁷ Obs -Colocamos nestes relatos apenas o nome citados nas entrevistas ou das crianças que já tem liberdade para falar das experiências de preconceitos que vivenciaram de modo que participam desde já diretamente da história de desconstrução do sistema racista.

xingou, ai eu fui pra cima dele. Ele me empurrou agente brigou. Ele levou só na boca né, mas eu também levei uns murros, mais nada, ferimentos leves. Pra ele aprender a não discriminar as pessoas negras e porque ele também me ofendeu e uma coisa nunca subestime um negro”.

Na fala destes adolescentes percebemos desde o tom da voz às expressões na face e na verbalização a indignação e insatisfação para com o fato de serem vítimas do preconceito racial e mencionam os aspectos da cor e da raça. O primeiro aluno diz que é moreno, mas é da raça negra. Este debate sobre quem é ou não negro é em si mesmo expressão de racismo.

Nos Estados Unidos o fator determinante para que alguém seja considerado negro é ser descendente de negro. No Brasil devido à ideologia do branqueamento já mencionada e tantas outras ideologias e políticas de desestruturação da identidade do povo negro não se tem um parâmetro pra se definir negro ou não negro. No IBGE as cores do povo brasileiro são a branca, a amarela, a parda e a preta. Sendo que considerados negros os pardos e os pretos. Quando, portanto o critério não é mais o genético, mas o estético então vamos ter um novo parâmetro para a classificação do ser negro. O problema está no fato de o negro ser discriminado e, portanto de ninguém querer ser negro ou negra e com isso vai se dissolvendo a identidade do povo negro. Muitas questões são levantadas e os debates e os conflitos tem-se acirrado principalmente em torno da política de cotas para negros ingressarem na universidade. Questões como se a pessoa tem o cabelo liso e mesmo com a pele escura é negra? E se tem a cor e cabelo encaracolado, ou se a mãe é branca e o pai é negro vai ser branca ou é negra? Preto é cor ou é raça? Até que ponto a cor da pele, o formato do nariz e o tipo do cabelo são suficientes para definir a raça negra no Brasil após séculos de miscigenação? Todas estas questões e tantas outras nestes aspectos têm como base a negação da identidade negra, da negritude. No próprio grupo SACI no início, era comum ouvir comentários como “*aqui quase*

ninguém é negro só tem aqueles dois ali” ou ainda “a professora diz que a mãe dela é negra para enganar nós”.

Outros aspectos comuns aos dois alunos é a consciência da existência do preconceito racial. Ambos dizem quando, onde e quem os discriminam, ou seja, nas situações de discriminação sabem que estão sendo discriminados pela sua cor ou pela raça. E a insatisfação e reação inclusive com violência física presente nas expressões ditas com sentimento de indignação e raiva *“Ai quase que eu dava uns murros nas caras deles”* ou ainda *“Aí ele não queria me pagar. Aí eu fiquei na minha né. Aí ele me xingou, ai eu fui pra cima dele. Ele me empurrou agente brigou. Ele levou só na boca né, mas eu também levei uns murros, mais nada, ferimentos leves”* inclusive com a justificativa de que *“Pra ele aprender a não discriminar as pessoas negras e porque ele também me ofendeu e uma coisa nunca subestime um negro”*. Não vamos aqui aprofundar o tema da violência exatamente por merecer trabalhos e pesquisas específicos. Ao vermos a facilidade com a qual as crianças negras são violentadas na escola é como que ainda está gravada na memória coletiva a violência dos castigos para com os negros/as na escravidão e ao mesmo tempo a permissividade para que os trate assim até hoje e é evidente que ao mesmo tempo em que a escola silencia sobre a existência do preconceito a as crianças chegam a ser violentada apenas por ser negras surgem os conflitos e as agressões em forma de defesa e como outrora se viveu inclusive guerras na África.

Um outro comentário que nos chama atenção faz referência história do negro no Brasil. Quando interrogado sobre sua cor esse gosta fez referência à miscigenação e a escravidão. Vejamos o comentário a seguir:

Eu sou moreno e me sinto bem por causa que no Brasil tem muito povo que puxa a negros. Na minha casa tem meu irmão que é o galego porque irmãos do meu pai que são brancos, mas meus dois outros irmãos são negros porque meu pai e minha mãe são negros. Na

escola quando os meninos me apelidam eu digo: *é, também não vou dizer nada com você não, mas da próxima vez que você me chamar de nego, eu também você vai ver também por causa que no somos negros os outros vão discriminar nossa pele.*

Reclamando do colega que o chama de escavo manifesta a sua compreensão da história da escravidão no Brasil e em tom de indignação diz que quem nasceu negro vai morrer negro. Atentemos para este comentário:

Aqui tem um menino na minha sala que o nome dele é *Christian* ele pega e fica me chamando de escravo. Eu digo: meu amigo você não fique me apelidando não porque você é branco eu lhe apelido também. Do jeito que você me apelida de negro eu também invento outro apelido pra você. Porque os escravos nesse tempo nós não era nem nascidos ainda. Os escravos eram outros, aí eles ficam apelidando nós, mas nós não somos por causa que nós nascemos nessa pele e nós vamos morrer nessa pele.

A discussão sobre os apelidos e os termos pejorativos, iniciada neste trabalho, também necessita maior aprofundamento principalmente na dimensão psicológica e na formação da personalidade e da auto-estima da criança em fase de socialização com os conseqüentes prejuízos para a aprendizagem.

Um outro grupo de alunos/as nega verbalmente o preconceito racial. Quando nas salas de aula foram interrogados sobre a sua cor negaram dizendo serem brancos ou amarelos. Uma das alunas em entrevista e no focal diz nunca ter sido vítima do racismo, porém, no momento de fazer fotos teve muita dificuldade na escolha de um penteado para os cabelos por que todos que eram feitos. Ela dizia

que *“estava feio e que os meninos iam manganar”*. Diz que nunca sofreu nenhum tipo de discriminação nem na escola, nem em casa, nem na rua, mas quando perguntei se gostaria de trocar a cor da pele ela respondeu com uma expressão de ignorância a pergunta com um forte *“é claro que sim né”* e completou *“eu não tenho orgulho da minha cor, é feia, mas agora sei que minha cor é morena”*. E ainda, quando perguntei se paqueraria um menino negro disse sem exitar que não.

Um outro grupo é dos alunos/as que a cor da pele não é tão escura e que não se reconhecem como negros/as a exemplo de Luzia Érica que diz que nunca foi discriminada, mas que discriminou uma amiga e faz um relato:

“Eu nunca fui discriminada. Mas eu já discriminei. Paloma né, minha amiga, porque gente, ela pegou meu lápis aí eu falei não pega nega do boró. Ela disse, eu não sou nega. Você tem prova que eu sou negra. Você também é negra. Há você ainda via ver. Não eu não sou nega Érica. Eu fiquei muito chateada porque você me chamou de nega. Eu disse desculpa paloma por ter chamado você de nega. Eu não acreditei que eu era nega quando ela disse que era nega. Eu disse: eu! Uma branquela dessa. Ela disse vai. Vai você vai ver se você não vai ser nega um dia. Quando a professora falou ontem eu disse bem que a paloma disse que eu era negra”.

Érica completa a história falando dos sentimentos de amizade e também da interferência do preconceito numa experiência de paquera ou de namoro.

“Eu me senti muito mal quando disse que Paloma era negra. Também doeu no meu

coração quanto no dela. Pensei não vou pedi desculpas pra Paloma se não ela vi ficar muito chateada. Ela disse ta Érica eu desculpo. Tu também me desculpa porque eu te chamei de branquela? Aí né ela achou um menino bonito. Aí o menino disse: Nunca que eu ia namorar uma negra dessa! Ela disse: tu também nem pode falar que tu é tanto nego como eu sou. Ele disse olha como eu sou branquinho né!? Os meninos começaram a mangar dele. Daí eu disse Paloma faz muito bem o menino, ele discriminou você.

Um outro ainda sobre a Paloma mencionou que *“Os meninos chamavam ela de nega feia e rabugenta, mas a cor dela é bonita, mas ela não está mais estudando com a gente mais”*.

Os adolescentes quando são interrogados e interrogadas sobre a experiência de namoro 85% disseram que preferem namorar adolescentes da mesma cor como uma declarou: *os meninos brancos não fazem o meu tipo prefiro minha cor negra*. É necessário que nos perguntemos sobre até que ponto, de fato estes/as adolescentes preferem namorar os/as de cor negra e até que ponto são rejeitados/as pelos/as de cor branca como no caso de Paloma e por isso evitam os/as que lhes rejeitam.

Quanto à punição de todas estas formas e manifestação do racismo, do preconceito racial e de discriminação apenas um adolescente conta uma experiência na qual a senhora que o ofendeu foi processada por que o chamou de “macaco” e a sua mãe a denunciou. A prática do racismo⁴⁸ é crime penalizado na a Lei que cita Rosa Margarida:

⁴⁸ Uma pessoa pratica racismo quando: (Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro - 2004)

1. Não emprega uma pessoa por causa de sua cor.
2. Pratica, induz ou incentiva, pelos meios de comunicação, a discriminação ou o preconceito de raça, cor, religião, nacionalidade e etnia.

“Racismo é crime. Está na Constituição, por meio da Lei 7.716, de 1989:

“A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei”.

Art. 1º “serão proibidos, na forma da lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”.

Esta lei substitui a “Afonso Arinos”, de 1951, primeira lei anti-racismo do Brasil “. (2004 P.52)”.

Em relação às imagens de pessoas negras nos meios de comunicação e nos livros didáticos a grande maioria não consegue entender a ausência, apenas dois disseram que são sempre imagens de escravos/as apanhando que os livros trazem e que são feias.

A dimensão religiosa embora não tendo sido abordada teoricamente neste trabalho é uma dimensão importante na história dos povos e comunidades ao longo dos séculos. As religiões afros foram recriadas no Brasil, porém sofrem barbaramente com todo o sistema do racismo que as deturpam em seus significados originais e as associam aos aspectos negativos (do pecado, do demônio, do maligno) do catolicismo, religião predominante desde a colonização. Pretendemos conhecer melhor a expressões das religiões afros a partir da vivência da família de um dos alunos do SACI. O aluno do pré-escolar José Mateus de 05 anos que nos explica com orgulho:

-
3. Recusa ou impede a frequência de alunos em escolas, cursos ou universidades, por preconceito de raça ou cor.
 4. Nega o acesso de alguém a qualquer a qualquer cargo que esteja apo a exercer em uma empresa, por preconceito de raça ou cor.
 5. Impede ou recusa a entrada de pessoas (por preconceito) em restaurantes, hotéis, bares clubes, casas de diversões, salões e beleza, bem como em entradas sociais de edifícios, elevadores e transportes públicos.
 6. Impede ou dificulta o casamento ou a convivência familiar e social entre pessoas de raças diferentes.

“Minha avó tem um terreiro de Macumba e que qualquer um pode ir lá, é aberto pra qualquer um. Eu sou filho de Xangô, o colar que trago no pescoço representa a proteção de Exu e de Iansã o meu pai também usa. Eu já sei tocar tambor e canto alguns cantos. Vamos professora lá! Os meninos do SACI também podem ir lá. Vou dizer a minha avó. Ela vai gostar”.

Muitos dados e informações obtidos nas entrevistas serão suportes para o trabalho do SACI tanto sobre a condição social das famílias das crianças e adolescentes pelo fato de que 100% das famílias são subempregadas ou estão desempregadas quanto sobre as habilidades e sonhos que trazem para o futuro. No andamento do projeto pretendemos trabalhar algumas habilidades individuais que já percebemos entre eles como contar histórias, coordenar o mini-programa da rádio na escola nos intervalos da aula com texto músicas e informações sobre o grupo SACI, outros sabem ler, escrever e desenhar, jogar capoeira etc.

De um modo geral este trabalho com as crianças e os adolescentes negros da Escola Profissional Monte Carmelo se constitui como um espaço de liberdade de expressão, o que considero diante do contexto escolar e em relação à temática, o aspecto mais importante e de construção de conhecimentos sobre a própria identidade. Para Lucas *“é muito legal né, a gente conhece raças novas e o grupo SACI mostra que a cor negra não é feia e sim bonita, não é motivo de sentir vergonha da sua cor e sim orgulho”*. A Érica também começou pensar diferente:

No mesmo dia que eu vim do SACI logo que cheguei em casa liguei para a Paloma pedi desculpas a ela e contei a novidade. Disse que ela tinha razão quando falou que um dia eu ia ser negra e quando a professora me chamou

para participar do grupo eu tomei um susto, mas lembrei do que ela tinha dito. E aí contei a novidade a ela que tinha descoberto que agora era da mesma raça que ela e as duas ia morrer negras.

Algumas dificuldades enfrentadas neste trabalho foram a falta de recursos financeiros e didáticos e também de tempo pra reunir o grupo completo uma vez que estudam em turnos diferentes e mesmo quando vem para a escola no horário oposto a aula tem sempre alguns que precisam sair da sala de aula para participar do SACI. Os encontros realizados no sábado também faltaram os adolescentes que trabalham com os pais na feira da cidade.

Porém, concluímos que mesmo como vítimas, muitas vezes sem consciência ou conhecimento de todo este complexo sistema de ideologias, de poder e de dominação que é o racismo, as crianças e adolescentes são abertos a discussões mais profundas dada sua capacidade de verbalizar os seus reais sentimentos e pensamentos, de reconhecerem ser preconceituosos ou agirem com discriminação, de pedir desculpas etc. de modo que estamos em um campo de trabalho que prenuncia mesmo que a médio ou longo prazo bons resultados.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Eu tenho orgulho de ser negra e no fundo,
lá no fundo eu vou morrer sendo negra.

(Luzia Érica, 10 anos)

Axé, Abanjá. Como vemos a Érica diz ter orgulho de ser negra, porém a expressão “e no fundo, bem lá no fundo eu vou morrer sendo negra” abre-nos o espaço para perguntarmos: e se ela pudesse morreria sendo negra?

São milhares de questões e situações como esta que nos impulsionam neste trabalho de estudo e de socialização de conhecimentos sobre a negritude a re/construção da identidade afrodescendente. Como Érica mesma afirma vai morrer negra, mas também passar a vida sendo negra e se o fato de ser negra lhe tira o valor de ser gente, a dignidade de ser pessoa humana é porque algo está errado.

E este algo errado é exatamente todo o arsenal de imagens, simbologias e conhecimentos estereotipados e de artefatos sociais que são base para o racismo e que causam danos muitas vezes irreparáveis como a baixa auto-estima principalmente na fase de formação da personalidade da criança, os problemas de aprendizagem que entre outros fatores acarretam o desemprego e a marginalização na vida adulta etc. As próprias ações do governo federal como a criação da SECAD, da SEPPIR e o sancionamento das leis anti-racistas são provas da existência e vigência do racismo no Brasil, mesmo em pleno século XXI.

Em várias épocas e lugares a violação a esta dignidade era defendida pelas leis do país como as que legalizaram a escravidão, as que proibiam as pessoas negras freqüentarem escolas, porém atualmente esta legislação esta superada. Porém, todo acontecimento histórico é carregado de conseqüências sejam elas positivas ou negativas. A história de exploração do africano no Brasil é carregada

de conseqüências em sua maioria negativas como, o racismo, a segregação racial e espacial, a discriminação, a esteriotipação e ampla marginalização do povo negro no Brasil. Porém, uma vez que a preço de muitas lutas consegue-se “abolir” as leis de massacre e violação dos direitos humanos do povo negro e implantar leis de reparação dos danos causados ao africano e afrodescendente deve-se lutar para que estas leis venham a se efetivar.

Na área da educação a implantação da Lei 10639/03 que torna obrigatório o ensino da História da África e dos afrodescendentes muitos são os obstáculos que percebemos. Constitui – se como desafio a produção de material didático, ou melhor, transformação do conhecimento científico produzido pela universidade em conhecimento didático acessível ao nível do Ensino Fundamental e Médio. Um outro desafio que se apresenta é a própria formação dos professores e professoras uma vez que foi vetado o artigo que tornava também obrigatória a sua formação com profissionais e estudiosos/as da área. Pelo fato de nunca se ter estudado a história do continente africano mesmo a formação da maioria dos formadores/as de cursos de professores/as ainda é folclorizada. Sem a superação destes, dentre outros, desafios à lei ficará apenas na intenção curricular, e não se efetivará dada à falta de material, de formação dos professores e até mesmo do desconhecimento da existência da mesma, embora a importância do sancionamento desta Lei seja indiscutível.

Quanto ao currículo escolar não basta que abra espaço para que se fale da África. Muito mais que isto, mediante a todo o tempo que este conhecimento foi negado ou evitado apenas uma linha de pensamento foi sendo construída muitas vezes contando –se apenas o lado do mais forte e evidentemente quem dominava as “cátedras”. A história dos povos africanos e afrodescendentes não se deu paralela à história do Brasil, mas de forma simbiótica. Portanto, alguns dados e informações devem ser questionados como, por exemplo, se quem “libertou os escravos/as” foi a princesa Isabel, ou a princesa Aqualtume ou ainda se foi resultado de contexto sócio, político e econômico nacional e internacional da época com a participação maciça dos abolicionistas.

A lei áurea assinada pela princesa Isabel não passou de uma farsa uma vez que quando foi assinada apenas 5% da população negra vivia sobre o regime da escravidão, portanto 95% já tinha conseguido a sua alforria através dos próprios esforços.

Aquiltume era princesa no seu país de origem a Angola e após muitas lutas e ter sido capturada e trazida presa para o Brasil não se adapta de forma alguma ao regime de escravidão e ao fugir vai para o Quilombo dos Palmares na época em experiência nascente e com sua ânsia de liberdade torna-se uma das maiores líderes no movimento de luta pela manutenção do quilombo de modo que esta força perpassa as gerações, até o seu neto, o grande Zumbi do Palmares e a guerreira Dandara, sua esposa.

Pergunta-se, portanto quem viveu maior experiência de liberdade, as comunidades que se estruturaram e resistiram por mais de um século no quilombo juntamente com todas as outras pessoas, como pobres e indígenas. Inclusive todos os militantes do movimento de resistência negra até hoje por ter esta experiência como referência ou os 5% de pessoas escravas que foram alforriadas pela Lei Áurea e saíram das fazendas sem literalmente mais nada, sem expectativa de vida? Havia ainda na época toda uma pressão política sobre os países que mantinham colônias em regime escravista e o Brasil sendo um dos últimos países a abolir a escravidão sofre ainda mais forte esta pressão abolicionistas.

Este tipo de questionamento precisa ser feito sob os ângulos da história, da arte, da literatura, da música, da dança, da culinária, da religião, da política, da economia, da cultura etc. de modo que o conhecimento a cerca desta temática deve ser trabalhado no nível metacognitivo, ou seja, além de estudar o aluno deve saber o porque de estudar determinado conteúdo, as razões políticas, históricas, filosóficas etc. No caso do ensino sobre a África e sobre a cultura afrodescendente um dos objetivos é combater o preconceito racial, mesmo que o ideal seja aboli-lo. A escola pode ser instrumento nesse processo uma vez que também participou da construção do racismo quer ativa quer passivamente.

A Universidade da mesma forma que a escola com sua passividade e muitas vezes sua política de exclusão participou da construção do racismo no Brasil. Porém, ao se propor uma instituição crítica de produção de conhecimento deve abrir espaço para o debate sobre o racismo na própria Universidade e garantir no currículo a formação do professor/a para trabalhar com o ensino da História e Cultura Africana e Afro-descendentes;

A implementação no currículo da Lei 10639/03 a longo prazo contribuirá para o conhecimento da África e dos Afro-brasileiros, e para desmistificar e desestabilizar conhecimentos estereotipados que geram preconceitos e discriminações e também ser suporte para os trabalhos científicos, sociais e pedagógicos nesta área.

Como afirma Silva *"O currículo não é constituído de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos considerados socialmente válidos"* e, portanto pode ser forçado à mudança e à inclusão dos conhecimentos das culturas e povos inferiorizados socialmente e da mesma forma o racismo por ser uma construção sociocultural e, portanto pode ser desconstruído. E quando acontecer a Érica será simplesmente uma menina negra que não precisa ser exposta como objeto de estudo por ser negra. Também não terá a necessidade de dizer que tem orgulho de ser negra como as crianças brancas hoje não têm e ao invés de dizer que "no fundo no fundo vai morrer sendo negra" dirá apenas que "sou negra por que meu pai é negro e meus avós afro-descendentes e bisavós eram africanos".

Embora hoje, ainda repitamos com Einstein: época triste a nossa, mais fácil quebrar um átomo do que o preconceito. Não será sempre assim. O racismo embora com muitas interfaces é uma questão essencialmente humana e a humanidade em suas várias fases e formas de mutação chegará à superação do preconceito. O fenômeno da miscigenação pode ser entendido como uma destas fases e formas, afinal *"O amor não tem cor"*. Axé, Abanjá *"Na luta agora já!"*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. 2004

CADERNOS CEDES. 32 Educação e diferenciação cultural – Negros e Índios. 1 ed. Papirus, 1993 ...

CUNHA, Henrique Cunha Jr. "O ensino da História Africana" Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1978 /1981

FREIRE Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa 24ªed São Paulo: Paz e terra, 2002

FRNTZ, Fanon. Os condenados da terra. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GONÇALVES Elisa pereira. Conversas sobre Iniciação à pesquisa Científica. 3ª ed.Campinas, SP: alínea, 2003.

JUNIOR Henrique Cunha. O ensino da História Africano-disponível em www.Histiranet.com.Br. Acesso em 09/06/07

MATOS, Kelma Socorro Lopes e Sofia Lerche Vieira. Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer 2ª. Ed. Ver. E atual. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2002.

MUNANGA Kabengele A importância da história da África e do negro na escola brasileira Mauá/SP 2004

NELSON do Valle Silva & Carlos ^a Hasenbalg. A tendência das desigualdades educacionais no Brasil, 1992

OLIVA Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares: Representações e imprecisões na literatura didática;** <http://www.brasilcultura.com.Br>. Acesso em 06/07/2007

PROJETO PITANGUÁ – Editora Moderna, 1ªed. São Paulo. 2005

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro.**Belo Horizonte: NZINGA/ Mazza ed. 2004

ROSEMBERG, Fluvia; Pinto Regina & Negrão , Esméralda. **A situação de Negros (pretos , pardos) 1985**

SACRISTÁN, J. Gimeno e A. I. Pérez Gómez; **Comprender e Transformar o Ensino.** trad. Ernani F. da Fonseca Rosa 4ª ed. Porto Alegre artMed, 1998

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo.** São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1984.

SILVA Jr., Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais.** Brasília: UNESCO, 2002

SILVA Tomaz Tadeu. **Identidades Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política.** Petrópolis: vozes 1996.

SUGESTÕES DE PESQUISA ELETRÔNICA

www.culturanegra.com.br

www.planalto.gov.br

www.dialogoscontraoracismo.org

www.portalafro.com.br

www.ibge.gov.br

www.portal.mec.gov.br

www.mundonegro.com.br

www.racabrasil.uol.com.br

www.palmares.gov.br

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CALZADAS - PARAIBA

ANEXOS

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAIBA

I - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA MONOGRÁFICA

TEMA: Racismo, Afro-descendência e a importância da Lei 10639/03

- Este questionário, objetiva identificar o tipo de educação que é priorizado na escola considerando os tipos etnocêntricos e anti-racista. **Marque com um x a alternativa que corresponde à realidade da sua escola.**

1.	<p>A trajetória histórica do negro é estudada:</p> <p>A. No 13 de Maio, nomes do folclore, no 20 de novembro. B. Como conteúdo nas várias áreas que possibilitem tratar o assunto C. Não é estudado</p>	A	B	C
2.	<p>Acredita-se que o racismo é para ser tratado:</p> <p>A. Pedagogicamente pela escola B. Pelos movimentos sociais C. Quando acontecer algum caso evidente na escola</p>	A	B	C
3.	<p>Cultura negra é:</p> <p>A. Estudada como rico folclore do Brasil. B. Um instrumento da prática pedagógica: C. Quando vira assunto de mídia.</p>	A	B	C
4.	<p>O Currículo:</p> <p>A. Baseia-Se Nas Contribuições Das Culturas Europeias Representadas Nos Livros Didáticos B. Constrói-se baseado em metodologia que trata positivamente a diversidade racial, visualizando e estudando as verdadeiras contribuições de todos os povos C. Procura apresentar aos alunos informação também sobre os indígenas e negros brasileiros</p>	A	B	C
5.	<p>O Professor</p> <p>A. Posiciona-se de forma neutra quanto às questões sociais. É o transmissor de conteúdos dos livros didáticos e manuais pedagógicos. B. Reavalia sua prática refletindo sobre os valores e conceitos que traz projetados sobre o povo negro e sua cultura, repensando suas ações cotidianas. C. Tem procurado investir em sua formação quanto às questões raciais.</p>	A	B	C
6.	<p>Trato das questões raciais:</p> <p>A. É feito de forma mais generalizada pois a escola não tem possibilidade de incidir muito sobre elas. B. É contextualizado na realidade do aluno, levando-o a fazer uma análise crítica dessa realidade, a fim de conhecê-la melhor, e comprometendo-se com sua transformação.</p>	A	B	C

12.	<p>Quanto a biblioteca</p> <p>A. Existem muitos e variados livros que tratam sobre a questão racial e que contemplam alunos e professores.</p> <p>B. Existem alguns tipos de livros (2 ou 3) que contemplam a questão racial.</p> <p>C. Não existe literatura que contemple a questão racial.</p>	A	B	C
13.	<p>Quanto à capacitação dos professores sobre a questão racial:</p> <p>A. Ainda não se teve oportunidades de se estudar sobre a questão.</p> <p>B. Algumas vezes no ano fazemos cursos e/ou grupos de estudo sobre a questão racial.</p> <p>C. Têm procurado incorporar o assunto nas discursões reuniões pedagógicas, grupos de estudo e momentos de formação.</p>	A	B	C

FONTE: ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro. [Minas Gerais]; NZINGA, [s/d].

II - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA MONOGRÁFICA

TEMA: Racismo, Afro-descendência e a importância da Lei 10639/03

Esta pesquisa objetiva identificar aspectos racistas presentes nas relações escolares e as práticas pedagógicas que buscam superar o preconceito racial e a discriminação.

É de fundamental importância que este questionário seja totalmente respondido e que se preze pela veracidade dos dados e das opiniões, nele emitidos.

Asseguramos- lhe o sigilo das informações, sendo utilizadas apenas para análise e citação monográfica.

I – Identificação

1. Nome completo
2. Idade
3. Tempo que leciona
4. Série que leciona
5. Nº de alunos/alunas
6. Nº de alunos/alunas negros/negras
7. Qual a sua cor? Como se sente?

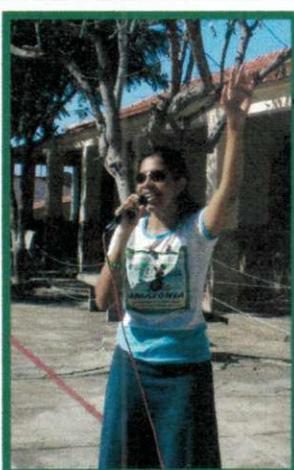
II -Temática

1. O que você entende por :
 - racismo,
 - preconceito,
 - discriminação
 - esteriótipo
2. O processo de exclusão social da raça negra no Brasil passa pela experiência da escravização. O Daniel Munduruku, no texto “**Jabaquara: lugar de escravos fugidos**”, escreve: “*A saída, diziam os livros, foi trazer para o Brasil levas e levas de homens e mulheres de outros lugares, para fazer o trabalho que os verdadeiros brasileiros não que riam fazer. Ai começou o martírio da gente negra.*”
Quais aspectos você destaca nesta afirmação? Comente-os.

3. A formação atual do povo brasileiro é resultado da miscigenação. Considerando a seguinte afirmação: *“Estando em terra distante, exilados e sem guarida, aos homens e às mulheres africanos restava apenas a saudade e o temor de nunca mais voltar à terra natal. Por causa da saudade reviveram os espíritos, transportaram para cá danças e melodias que trouxeram de volta a presença da Mãe África”*. Como você entende o processo de miscigenação da população brasileira?
4. Mais do que das características físicas a identidade negra depende da constituição genética e da concepção cultural. A Heloisa Pires no texto **“A Preta se apresenta”**, na fala de uma adolescente questiona ao comentar: *“E fui aos poucos descobrindo que eu era a Preta marrom, uma menina negra. Ser negra é como me percebem ou como eu percebo? Ou como vejo e sinto me perceberem? Tenho um amigo que só às vezes é preto. Que fica preto quando vai a praia no verão. Ser negro é muito mais do que ter um bronze na pele. Com, o é afinal ser uma pessoa negra?”* Para você, o que é ser uma pessoa negra?
5. A sociedade brasileira é altamente preconceituosa para com questões étnicas, de gêneros e condição social. Como você percebe o reflexo do preconceito racial na escola?
6. De que forma os livros didáticos e paradidáticos e demais materiais que você utiliza nas aulas tratam a questão racial e a afro-descendência?
7. Liste algumas expressões, apelidos, provérbios ou piadas, referentes ao negro.
8. Descreva em algumas palavras o continente Africano.
9. O que você sabe sobre a lei 10639/03?
10. Se possível consiga uma imagem que ilustre este tema.

Agradeço atenciosamente a sua colaboração e envolvimento com esta pesquisa. Com carinho a dedico a você pelo seu compromisso com a educação e com a vida humana nas situações mais desafiantes do dia-a-dia testemunhadas por mim.

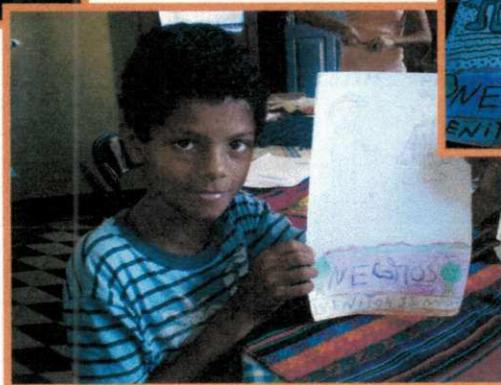
Adenice Guilherme dos Santos



PROFESSORAS
ENTREVISTADAS
E ORIENTADORA

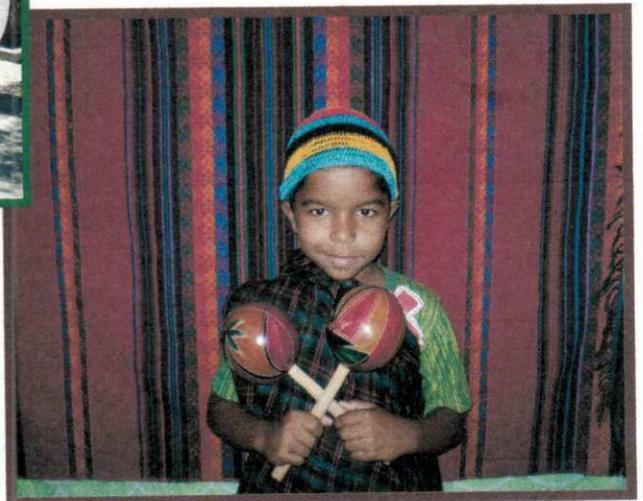
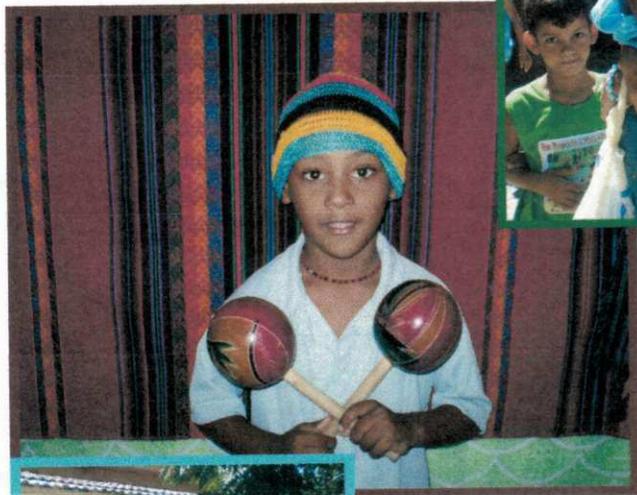
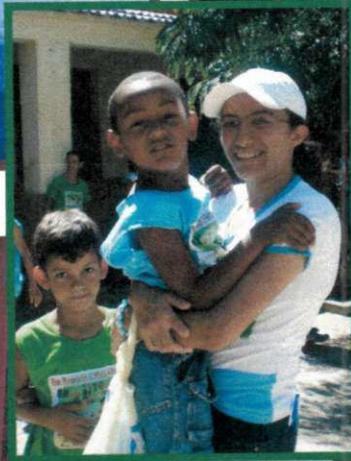


ATIVIDADES
PEDAGÓGICAS



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
GAZEIRAS - PARAIBA

PARTICIPANTES DO GRUPO SACI SOU AFRO COM IDENTIDADE



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
GAJAZEIRAS - PARAÍBA